



Ensaaios acerca da História Colonial do Rio Grande

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

120



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

Cátedra CIPSH
de Estudos Globais
2020-2025



Ensaaios acerca da História Colonial do Rio Grande



COLEÇÃO
RIO-GRANDENSE



CONSELHO EDITORIAL/CIENTÍFICO

Alvaro Santos Simões Junior

- Universidade Estadual Paulista – Assis -

António Ventura

- Universidade de Lisboa -

Beatriz Weigert

- Universidade de Évora -

Carlos Alexandre Baumgarten

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -

Ernesto Rodrigues

- CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco Gonzalo Fernandez Suarez

- Universidade de Santiago de Compostela -

Francisco Topa

- Universidade do Porto -

Isabel Lousada

- Universidade Nova de Lisboa -

João Relvão Caetano

- Cátedra CIPSH de Estudos Globais (CEG) -

José Eduardo Franco

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Maria Aparecida Ribeiro

- Universidade de Coimbra -

Maria Eunice Moreira

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul –

Maria Cristina Firmino Santos

- Universidade de Évora -

Vania Pinheiro Chaves

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco das Neves Alves

Ensaaios acerca da História Colonial do Rio Grande



INTERNATIONAL COUNCIL FOR PHILOSOPHY AND HUMAN SCIENCES
CONSEIL INTERNATIONAL DE PHILOSOPHIE ET DES SCIENCES HUMAINES

UNIVERSIDADE
AbERTA 
www.uab.pt

**Cátedra CIPSH
de Estudos Globais**
2020-2025



Biblioteca Rio-Grandense

Lisboa / Rio Grande
2026

DIRETORIA DA CÁTEDRA DE ESTUDOS GLOBAIS DA UNIVERSIDADE ABERTA/CIPSH/UNESCO

DIREÇÃO:

José Eduardo Franco (Coord)
Carla Oliveira
Cécile Méadel
Fabrice d'Almeida
João Luís Cardoso
José Ignacio Ruiz Rodríguez
Valérie Dévillard
Pierre-Antoine Fabre

COMISSÃO PEDAGÓGICA:

João Relvão Caetano (Coord.)
Darlinda Moreira
Jeffrey Scoot Childs
Rosa Sequeira
Sandra Caeiro

ASSESSORIA EXECUTIVA:

Cristiana Lucas (Coord.)
José Bernardino
Milene Alves
Paula Carreira
Susana Alves-Jesus

DIRETORIA DA BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

Presidente: Francisco das Neves Alves
Vice-Presidente: Pedro Alberto Távora Brasil
Diretor de Acervo: Ronaldo Oliveira Gerundo
1º Secretário: Luiz Henrique Torres
2º Secretário: Marcelo França de Oliveira
1º Tesoureiro: Valdir Barroco
2º Tesoureiro: Mauro Nicola Póvoas

Ficha Técnica

- Título: Ensaios acerca da História Colonial do Rio Grande
- Autor: Francisco das Neves Alves
- Coleção Rio-Grandense, 120
- Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira
- Cátedra de Estudos Globais da Universidade Aberta/CIPSH/UNESCO
- Biblioteca Rio-Grandense
- Lisboa / Rio Grande, Fevereiro de 2026

ISBN – 978-65-5306-076-0

CAPA: Soldado do Regimento de Dragões do Rio Grande – RANGEL, José Correia. *Defesa da Ilha de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro*. 1786.

O autor:

Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019), à UNESP (2020) e à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (2021). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de trezentos livros.

SUMÁRIO

Porto e Barra do Rio Grande à época da gênese da sociedade rio-grandina / 11

O revivificar da memória acerca de um movimento social do alvorecer sul-rio-grandense / 29

A Rota Turística dos Campos Neutrais: subsídios históricos / 69

Porto e Barra do Rio Grande à época da gênese da sociedade rio-grandina

A 19 de fevereiro de 1737, quando Silva Paes chegava ao Rio Grande para erigir o Presídio Jesus-Maria-José, dando início ao projeto lusitano de ocupação do território gaúcho, nascia o germen de um povoado que viria a se tornar vila e, mais tarde cidade, em que se desenvolveu uma sociedade cuja marca registrada foi a intrínseca interação com o ambiente costeiro. Ora aproximando, ora afastando, o mar bravio trazia consigo os novos contingentes populacionais, as condições de subsistência dos mesmos e até as notícias de outros lugares do Brasil e do mundo, para, por outro lado, durante períodos menos ou mais duradouros, promover um completo isolamento dos pioneiros, a partir das dificuldades de acesso. Desde a fundação, naquela data, até o início do século XIX, o Rio Grande passaria por drásticas mudanças, cumprindo seu papel estratégico-militar e, progressivamente, vindo a assumir uma nova etapa de sua evolução, calcada no comércio, e, em todas estas, tinha na interface com o Porto e a Barra um inexorável condicionante histórico.

A origem da comuna inscreveu-se em um contexto histórico marcado por amplas transformações na Europa, com ferrenhas disputas pela hegemonia

continental e mundial. Portugal e Espanha, desde a União Ibérica, iniciariam um lento processo de perda de força, o qual culminaria com um significativo enfraquecimento após a separação com a reconquista lusitana. A nação portuguesa, resultante do chamado período de domínio espanhol, não mais voltaria à grandeza do passado em que fora a pioneira da expansão marítimo-comercial europeia. Depois da restauração, os lusos acabariam enveredando por uma política de recorrentes concessões que, com o passar do tempo, ameaçaria, inclusive, a integridade de seu império colonial. Foram inúmeros os enfrentamentos bélicos europeus no século XVIII, mormente os franco-britânicos, que arrastariam parte importante dos demais países, inclusive lusos e hispânicos, que na maioria das vezes se veriam em lados opostos nessas guerras, das quais a Inglaterra acabaria por sair como a mais favorecida.

Nessa conjuntura de oposições entre espanhóis e portugueses, se daria novo acirramento na fiscalização referente ao pacto colonial, relativamente afrouxado à época da União Ibérica. Uma das transformações advindas dessas mudanças de postura foi a exclusão dos lusos do interior do Vice-Reino do Prata, onde praticavam lucrativo comércio. A partir daí se desencadearia um projeto lusitano que perduraria por mais de um século, consistindo na busca pela expansão na região platina. Nesse sentido, seria fundada, em 1680, a Nova Colônia do Santíssimo Sacramento, posição jamais aceita pelos hispano-americanos, que consideravam aquela região como de tradicional ocupação espanhola. Dessa forma, a Colônia do Sacramento se transformaria em nó górdio na fronteira

meridional da América do Sul, tendo sido recorrente e consecutivamente cercada, invadida e destruída, para mais uma vez ser devolvida aos portugueses e reiniciar-se o mesmo processo, com períodos de menor ou maior interregno entre uma e outra invasão. Estabelecer-se-ia uma relação diretamente proporcional entre a existência de possíveis conflitos entre hispânicos e lusos na Europa, fossem bélicos ou qualquer escaramuça diplomática, para transformar-se em guerra aberta no sul da América Meridional, com a repetição dos ataques à colônia lusa na embocadura do Rio da Prata.

Por ocasião de mais uma invasão da Colônia do Sacramento, um projeto – já acalentado por alguns, mas ainda latente na concepção da Coroa lusa – de ocupação das terras extremo-meridionais do Brasil começaria a tomar corpo definitivamente. Já havia algum tempo vinham sendo promovidas expedições às terras sulinas para a captura do gado bravia, atividade que paulatinamente começaria a gerar relativa lucratividade, a qual se firmaria com a difusão do ciclo aurífero no centro da colônia. Muitos foram os relatos sobre as potencialidades daquelas terras, apontando-se todas as formas de riqueza que dali poderiam advir. Progressivamente, a região sul-brasileira iria adentrar os caminhos da lógica colonial de dar algum tipo de retorno às autoridades metropolitanas. Por outro lado, a ocupação do Rio Grande teria um outro fator fundamental, que era o geoestratégico, pois a nova possessão deveria ter o papel de servir como um baluarte avançado em relação à Colônia do Sacramento, até então separada por enormes distâncias do restante da zona de colonização portuguesa – Laguna era o ponto mais meridional até então. Nessa região de alto litígio, a

posição do futuro povoado seria escolhida com base na estratégia militar, dando-se os passos iniciais para a fundação do Rio Grande, ocorrida a 19 de fevereiro de 1737. Nessa data, ali se encontravam o fundador, José da Silva Paes, engenheiro militar que lutara nas guerras europeias e que veio para o sul com uma função atinente à sua própria formação, quer seja, a fortificação da nova conquista, e Cristóvão Pereira de Abreu, indivíduo já havia muito ligado às lides campeiras de apresamento de gado para levá-lo às zonas consumidoras, conhecedor da região, de suas riquezas e riscos. Os primeiros passos na colonização do Rio Grande muito claramente não foram efetivados por essas individualidades, e sim pelo agrupamento social que ali se formou, entretanto elas representaram muito a contento, respectivamente, os dois pressupostos básicos que justificariam a incorporação do Rio Grande ao modelo colonial português, ou seja, o socioeconômico, com a exploração as riquezas em potencial da região, e o estratégico, em função de a nova conquista atuar como anteparo em relação à sempre ameaçada Colônia do Sacramento. Esse simbólico encontro se daria exatamente ali, na intersecção entre as águas e a terra, no local que viria a constituir o Porto do Rio Grande.

Desde os primórdios do planejamento da ocupação lusa na região do Rio Grande, aparecia o epíteto “Barra Diabólica” quando em referência às dificuldades de acesso do litoral rio-grandense-do-sul¹.

¹ SPALDING, Walter. La Barra del Rio Grande y la Laguna de los Patos. In: AGUIAR, José; SPALDING, Walter. *El sistema lacustre sud-riograndense oriental*. Montevideo: Imprenta Militar, 1939. p. 11.

Tal questão gerava preocupações nos momentos imediatos que antecederam a expedição fundadora da colônia lusa, tanto que em 1736 foram feitas demoradas sondagens na Barra, e Cristóvão Pereira de Abreu foi enviado antecipadamente e encarregado de estudá-la e executar um mapa². As instruções reais recebidas pela expedição de Silva Paes já deixavam bem evidenciada a questão estratégica no controle daquela faixa litorânea, ao determinar a relevância de assegurar a “Baía do Rio de São Pedro” e campanhas circunvizinhas do perigo a que estavam expostas da cobiça hispânica. Preocupado com essa precisa segurança, entrou o fundador com maior atividade e cuidado a fortificar o Porto e edificar a primeira fortaleza. Também dedicando atenção à orientação dos navegantes, Paes mandou levantar nos pontais da Barra dois madeiros de extraordinária grandeza, com cata-ventos nos remates para conhecimento dos rumos, buscando facilitar com essas balizas o perigoso e quotidiano ingresso das embarcações ligeiras, evitando-se por esse modo o naufrágio e precipício que ameaçavam os grandes parcéis, os quais, antes das singulares metas, intimidavam ainda aos mais práticos pilotos daquela costa³.

Após a fundação, Silva Paes, tomando os devidos cuidados com a navegação, contratou em Santa Catarina um especialista em sondagens, para trabalhar na

² PIMENTEL, Fortunato. *Aspectos gerais do município de Rio Grande*. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1944. p. 283.

³ BARRETO, Abeillard. A expedição de Silva Paes e o Rio Grande de São Pedro. *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha, v. 2, t. 2, p. 9, 13, 33, 37, 1979.

qualidade de patrão-mor da Barra do Rio Grande de São Pedro, intentando também melhorar essa via, sempre julgada impraticável⁴. Já nos primeiros meses da ocupação, o isolamento do novo povoado ficava evidente, chegando o próprio Silva Paes a relatar a impossibilidade de comunicação com qualquer outra povoação, fosse por terra ou por via marítima, devido ao fechamento da Barra⁵. As dificuldades de acesso, no entanto, continuaram a assolar os povoadores, que, além de se verem isolados pelas condições físicas da região, também foram abandonados em muitos momentos pela administração metropolitana. Não foram fáceis os primeiros tempos desses pioneiros, que, além do isolamento, tiveram de enfrentar o furor das intempéries, a falta de melhores condições urbanas, o afastamento de núcleos coloniais mais próximos e o constante temor do inimigo hispânico, que era uma ameaça premente naquelas fronteiras móveis e ainda por definir.

Nesse contexto de penúrias, a esperança sempre vinha pelo caminho das águas. A mais importante expectativa dos habitantes do povoado era a de chegada de uma embarcação com víveres, material de construção, novos moradores e notícias sobre o que estaria a ocorrer fora daquelas paragens. Essas precariedades acabariam por tornar-se ainda mais evidentes quando veio a espocar o primeiro movimento rebelde a ocorrer no solo do Rio Grande do Sul português. Era a Revolta dos Dragões, promovida, em 1742, pelo regimento

⁴ PIMENTEL. p. 283.

⁵ QUEIROZ, Maria Luiza Bertuline. *A Vila do Rio Grande de São Pedro (1737-1822)*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1987. p. 41-42.

homônimo, junto de outros contingentes militares e com o apoio de boa parte do conjunto da população. Revoltados pelos maus tratos, a falta de soldos, alimentação e uniformes, os soldados derrubaram os seus superiores e assumiram seus lugares, mantendo, entretanto, a autoridade governamental em seu posto e a rotina de funcionamento do povoado. Nem mesmo uma das poucas vantagens oferecidas pelo ambiente costeiro podia ser usufruída pelos militares, que reivindicavam a possibilidade de dispor de canoas para, nos seus dias de folga, ir à pesca e buscar toda a mais conveniência nas vizinhanças, o que lhes era negado pelo grande medo que as autoridades tinham de uma possível deserção. Foi pelo Porto que Silva Paes retornou à povoação para tentar aplacar o movimento, que resistiu, e só depois da chegada de uma embarcação com parte dos mantimentos e pagamentos foi que o fundador conseguiu debelar a revolta. Os rebeldes foram perdoados, por total falta de condições de puni-los e, principalmente, de substituí-los naquela remota colônia. Os dilemas daquela recém-criada localidade vinham, assim, a lume, através desse movimento de cunho social que agitou a jovem comuna portuária. A Revolta dos Dragões constituiu um momento de inflexão na ocupação lusa nas terras sul-rio-grandenses, pois alguns rebeldes mais renitentes teriam chegado a pensar em cambiar de lado, o que, se viesse a ser confirmado, diante da instabilidade das fronteiras, poderia trazer consigo o fracasso do projeto luso. Tal possibilidade não veio a se confirmar. Ainda que penosamente, os colonos e militares continuaram a garantir com a sua presença a posse do território de recente conquista.

As autoridades hispano-americanas permaneciam à espreita e não aceitavam a presença do denominado “pomo da discórdia”, a Colônia do Sacramento, encravada bem à saída do Rio da Prata, de modo que mais uma invasão viria a ocorrer. Os espanhóis, dessa vez, demonstrando a clara percepção do significado geoestratégico da ocupação lusitana no Rio Grande, promoveriam uma expansão ainda mais acentuada. Um dos maiores temores da jovem povoação viria a se confirmar com a invasão hispânica, em 1763. O pânico generalizado deu cores aos acontecimentos e, mesmo antes da chegada dos espanhóis, os luso-brasileiros que fugiam da fronteira extremo-sul trouxeram consigo as más novas, a balbúrdia e a destruição. Em vista do clima de desespero, saques, depredações e violência generalizada espalharam-se pelo povoado. Cada um daqueles que teve condições fugiu da forma que pôde. As embarcações saíam abarrotadas de pessoas. Alguns com menor sorte afogavam-se na tentativa desesperada de fuga. Iniciava-se um processo histórico que duraria quase década e meia e que significaria um refluxo no projeto português de ocupar o Rio Grande do Sul, ficando a fronteira lusa delimitada à pequena faixa daquelas terras e deslocando-se o centro administrativo do Rio Grande para Porto Alegre.

Falhas administrativas e militares de toda ordem de parte dos luso-brasileiros facilitariam a invasão dos espanhóis. Restabelecida a paz na Europa, as autoridades hispano-americanas, sabedoras da importância estratégica da região, insistiriam em manter as recentes conquistas, argumentando que as duas margens do Rio Grande de São Pedro não deveriam ser

devolvidas, importando a sua conservação para que continuassem privativamente espanholas a entrada e a saída do Porto. Nesse sentido, os espanhóis propunham-se colocar forças suficientes no Rio Grande para manter sua posse e inteiro domínio, sem permitir ali nem mesmo a navegação aos portugueses, e, negando o uso comum da Barra, resguardavam-na e reclamavam contra a presença de embarcações lusitanas. As disputas das nações ibéricas por aquelas terras ao sul do Brasil passaram por planejamentos, escaramuças e preparações para a guerra, calcadas em significativa parte no controle naval da região⁶. A recuperação daquelas terras exigiu um redobrado esforço estratégico-militar dos luso-brasileiros, envolvendo guarnições, material bélico e belonaves. Finalmente o Rio Grande viria a ser reconquistado, em 1776, com a expulsão dos espanhóis. Esse momento decisivo para a legitimação de um Rio Grande do Sul português ainda correria sério risco quando, em seguida, os hispano-americanos invadiram mais uma vez a Colônia do Sacramento e pretenderam expandir-se novamente em direção ao Rio Grande, só não o fazendo dada a impossibilidade de cruzar a Barra com navios de maior porte⁷. Se o difícil acesso fora sempre um obstáculo à evolução da urbe, ao menos do

⁶ BARRETO, Abeillard. Tentativas espanholas de domínio do sul do Brasil (1741-1774). *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha, v. 2, t. 2, p. 166, 171, 185, 188, 191-213, 1979.

⁷ BARRETO, Abeillard. A opção portuguesa: restauração do Rio Grande e entrega da Colônia do Sacramento (1774-1777). *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha, v. 2, t. 2, p. 217-300, 1979.

ponto de vista geoestratégico teve seu valor na manutenção da posse lusitana.

Reconquistado o Rio Grande, iniciaria um processo de paulatina recuperação. A população egressa retornava em parte e novos moradores chegavam, e o difícil processo de evolução urbana que, com os espanhóis, sofrera sério declínio, seria lentamente retomado. O papel de centro administrativo não mais seria reconquistado, mas o caráter estratégico ainda seria mantido, e progressivamente iria abrindo espaço a um novo papel da colônia, agora ligado às lides mercantis. O isolamento ainda perduraria e a difícil comunicação seria um dos males a ser enfrentado pelos pioneiros habitantes⁸. A questão do ingresso marítimo começaria a tomar cada vez mais relevância com o passar do tempo. Sobre o acesso ao Rio Grande, quando a povoação ainda não completara quarenta anos de existência, o engenheiro militar Francisco João Roscio declarava que a Barra do Rio Grande de São Pedro não era certa e fixa, sujeita a alterações com a correnteza e os ventos no decurso do tempo. Comentava ainda que as grandes tormentas que nestes mares costumavam acontecer no inverno não ofereciam à costa boa hospedagem, de modo que a preferência era a de navegar no verão, quando o tempo era mais constante⁹.

⁸ FUNCK, Diogo. *Viagem por terra da Ilha de Santa Catarina até a Barra do Rio Grande*. Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense, [s.d.], fl. viii (datilografado).

⁹ ROSCIO, Francisco João. Compêndio noticioso do Continente do Rio Grande de São Pedro até o Distrito do Governo de Santa Catarina. In: FREITAS, Décio. *O capitalismo*

O funcionário da Coroa lusa Sebastião Francisco Bettamio, ao referir-se à Vila de São Pedro, em 1780, fazia algumas proposições para que ela firmasse seu estabelecimento, povoação, aumento e cultura. No que tange ao litoral, sugeria que uma pessoa prática elege-se o melhor sítio ou porto mais cômodo para se carregarem as embarcações e, juntando-se índios trabalhadores, sob a direção de pessoa inteligente, quebrassem e arrancassem pedras que seriam colocadas em montes junto ao carregadouro, e também propunha que cada proprietário cuidasse de fazer uma espécie de cais ao fundo da sua residência e mantivesse a praia limpa¹⁰. Aproximadamente uma década depois, o militar Domingos Alves Branco Moniz Barreto informava que a povoação principal do Continente do Rio Grande se denominava Vila de São Pedro, destacando que sua Barra era perigosa, pelos muitos bancos de areia mutáveis, segundo as enchentes e correntezas das águas. Mas, complementando a descrição, afirmava que, passado tal obstáculo, achavam as embarcações um ótimo lagamar para abrigo e fundeio¹¹. Para auxiliar na penosa passagem, a partir de 1795 uma catraia começou

pastoril. Porto Alegre: EST São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: UCS, 1980. p. 106 e 115.

¹⁰ BETTAMIO, Sebastião Francisco. Notícia particular do Continente do Rio Grande do Sul. In: FREITAS, Décio. *O capitalismo pastoril*. Porto Alegre: EST São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: UCS, 1980. p. 152, 154 e 158.

¹¹ Citado em: CESAR, Guilhermino. *Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul (1605-1801)*. 3. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998. p. 144.

a prestar serviços, indo e vindo pela Barra e, por meio de sinais, indicava o nível de água e o melhor trajeto¹².

A vitória sobre as dificuldades passaria a ser um recorrente intento, tendo em vista as potencialidades econômicas e estratégicas da região a serem aproveitadas. Nessa linha, em julho de 1798, o Conde de Liniers emitia correspondência divulgando essas vantagens em potencial das terras sulinas, em especial as da comuna rio-grandina. Ressaltava que o estabelecimento do Rio Grande deveria interessar a Portugal por duas razões essenciais, ou seja, por ser uma colônia cujas produções eram essenciais às necessidades da Metrópole e por ser a sua posição muito importante, como limítrofe das possessões espanholas sobre o Rio da Prata. Considerava que as produções que dali se poderiam tirar em abundância e com pouco demora eram couros, sabão, linho, cânhamo, lã, tabuletas de caldo e carnes salgadas, e chegava a cogitar a possibilidade de instalação de engenhos de açúcar e da fabricação de biscoitos de mar, duráveis e de custo acessível. Indicava ainda as possibilidades da pesca da baleia e do lobo-marinho¹³.

As transformações pelas quais passava o mundo na virada do século XVIII ao seguinte não deixariam de fazer valer seus efeitos na América Portuguesa. As repercussões da Revolução Francesa seriam inexoráveis a curto, médio e longo prazo, constituindo-se um

¹² PIMENTEL, p. 283.

¹³ LINIERS, Conde de. *Memória sobre o Porto do Rio Grande do Sul - 1798*. Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense, 1943. p. 1. (Separata do *Boletim do Centro Rio-Grandense de Estudos Históricos*, v. 3, 1941).

processo histórico que iria redundar, com variações cronológicas e espaciais, na transição do Antigo Regime para a formação dos Estados Nacionais Liberais. A expansão napoleônica dessa época levaria a uma nova conflagração generalizada no continente europeu. Portugal vivia sob uma já consolidada tutela da Grã-Bretanha e, por ocasião dos enfrentamentos bélicos, se veria em amplas dificuldades diplomáticas. A França, interessada em promover o pleno isolamento de seu mais forte adversário, a Inglaterra, decretaria o bloqueio continental, determinando o fechamento de negociações de qualquer país para com os ingleses. Tal prática também se faria sentir sobre o governo luso, que, ligado às históricas e tradicionais relações de dependência para com os britânicos, tentou adotar medidas protetórias em relação a uma tomada definitiva de decisões. A pressão, entretanto, aumentava intensamente, até que os francos emitiram um ultimato exigindo a adesão ao bloqueio e preparando uma invasão através da fronteira hispânica. A Inglaterra ofereceria uma alternativa – a transmigração da Família Real portuguesa para o Brasil, salvando-se a casa reinante, diferentemente da vizinha Espanha, que não tivera a mesma sorte. Entretanto, ao mesmo tempo que se propunham defender a dinastia lusitana, os ingleses estavam preparados para bombardear Lisboa, caso a decisão do governo português fosse favorável aos franceses. Premido por ambos os lados, o príncipe regente luso, D. João, optaria pelas tradicionais relações com a Grã-Bretanha e seria promovida a fuga de parte da nobreza lusitana para sua colônia nos trópicos.

A chegada da Família Real promoveria mudanças profundas no Brasil, nos mais variados

campos, como o político, o econômico e o cultural. A Inglaterra, colocando-se no papel de defensora da dinastia reinante, passaria a fazer exigências em relação ao governante português. Mais uma vez na prática da política de concessões, Portugal acabaria por aceitar a decretação da Abertura dos Portos Brasileiros às Nações Amigas – em outras palavras, aos ingleses –, atitude mais tarde complementada por uma série de tratados que trariam amplas vantagens aos súditos dessa nacionalidade em terras brasileiras. Dessa forma, os britânicos viriam a obter um intento havia muito já almejado, quer seja, progressivamente ir afastando o sócio incômodo representado pelo lusitano e agir mais diretamente junto ao mercado brasileiro que surgiria como uma válvula de escape à produção inglesa, prejudicada pelo bloqueio continental. Era um golpe fatal no chamado pacto colonial que restringia ao exclusivismo as relações metrópole-colônia, de modo que, a partir de então, o Brasil se veria cada vez mais aberto ao comércio mundial. Na Vila do Rio Grande que progressivamente vinha sustentando seu processo de recuperação, esse contexto exerceria influência relevante e as atividades mercantis que já vinham em um crescendo passariam por incremento ainda mais acentuado, inclusive com a presença efetiva do comércio e de comerciantes britânicos nestas terras.

Ainda que o comércio estivesse se desenvolvendo, o acesso litorâneo permanecia como fator limitador. Bem nos primórdios do século XIX, o navegador Grant observava sobre a costa rio-grandense que, aí se achando um navio, estaria em um local onde nenhum outro vento seria mais perigoso para o mar do que aqueles que ali reinavam, de modo que, para com

segurança alcançar a terra, se deveria velejar fazendo sondagens, embora tal intento não fosse conseguido com facilidade, podendo-se também reconhecer terra por diversos grupos de árvores, que ali apareciam, além de casas que viriam a ser avistadas¹⁴. Fato marcante para a evolução mercantil rio-grandina seria a instalação da alfândega, em 1804, fator que se somou ao crescimento da economia da campanha rio-grandense, em virtude de uma crise na produção platina, vindo a concentrar na única saída marítima gaúcha os produtos derivados do gado que demandavam o exterior¹⁵. Nesse quadro, ainda no nascedouro do crescimento mercantil rio-grandino, o comércio ilegal já era temido, prenunciando os primórdios de um fator que seria apresentado como um dos figadais inimigos da comuna portuária, tanto que, em 1808, afirmava-se que o contrabando poria em precipício todo o comércio da capitania¹⁶.

Um dos primeiros relatos que atentou para o papel que as atividades mercantis passavam a exercer no

¹⁴ Instruções náuticas para o Porto do Rio Grande do Sul por diversos navegantes (1802-1855). In: MINISTÉRIO da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. *Melhoramento da Barra do Rio Grande do Sul – Relatório apresentado ao Governo Imperial – Comissão de Melhoramento da Barra do Rio Grande do Sul – Apêndices*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883. p. 3-4.

¹⁵ COPSTEIN, Raphael. Evolução urbana de Rio Grande. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, n. 122, p. 59, 1982.

¹⁶ MAGALHÃES, Manoel Antonio de. Almanaque da vila de Porto Alegre, com reflexões sobre o estado da capitania do Rio Grande do Sul. In: FREITAS, Décio. *O capitalismo pastoril*. Porto Alegre: EST São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: UCS, 1980. p. 81.

contexto da comuna rio-grandina foi realizado pelo comerciante britânico John Luccock¹⁷, que esteve em terras gaúchas em 1809. As dificuldades para a navegação não iriam passar-lhe despercebidas, descrevendo ele que, muito antes de avistar-se qualquer sinal que servisse para orientar a rota, sua embarcação estava em água rasa e cercada de bancos de areia, de modo que o capitão, tendo-se postado no tope do mastro, avistou esses baixios e os canais dentre eles, com mais nitidez do que se estivesse sobre o tombadilho, dando instruções sobre a maneira de governar. Destacava o aparecimento de um bote, que viera com um piloto a bordo que, por meio de sinais apropriados, prestou idêntico serviço. O britânico relatava que esses sinais não só indicavam a rota que o navio deveria seguir, como, às vezes, lhe aconselhavam a que deitasse âncora onde estava, ou mesmo a que retornasse ao mar alto, quando não houvesse água bastante na Barra para transpô-la. Explicava que o primeiro desses sinais era dado erguendo-se do bote uma bandeirinha na direção que o navio deveria tomar, e os outros dois, abaixando completamente a bandeira; o piloto permanecia no bote, que prosseguia um pouco à frente do navio, sondando com uma longa vara, que virava de ponta a ponta com agilidade, à medida que se avançava através de uma Barra rasa e ampla, situada em uma angra profunda e perigosa.

Luccock vinha ao Rio Grande com interesses bem definidos: aproveitar as novas circunstâncias advindas

¹⁷ LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975. p. 114-115 e 122.

da abertura dos portos e promover um empreendimento de natureza comercial, e foi nesse sentido que se orientou seu olhar. De acordo com tal perspectiva, afirmava que por essa época o comércio do Rio Grande estava passando por grandes alterações, de cuja natureza e extensão os habitantes não se mostravam ao par, descrevendo que suas importações consistiam outrora em lãs de Portugal, algodão grosseiro do Brasil e uma grande variedade de ferragens, louças, sal, fumo, açúcar, aguardente e escravos. Explicava que muitos desses artigos começavam a ser desbancados pelos produtos ingleses, que se forneciam a preço mais barato e eram mais adaptados ao crescente gosto pela exibição, pois que as possibilidades que a riqueza concedia se escoavam por variados canais. Narrava ainda que por estas bandas do Brasil havia muitas cidades da costa que dependiam quase inteiramente de fora para o seu abastecimento em gêneros de primeira necessidade; enquanto isso, o aumento da população, decorrente do progresso no comércio e da preferência a este lado do país concedida pelos portugueses, por mais conveniente à saúde que as outras partes da colônia, concorria para aumentar o consumo e o custo dos mantimentos.

Eram novos tempos que se anunciavam. O ato joanino de 1808 que traria amplas consequências para a formação histórica brasileira, constituindo um caminho sem volta em direção à emancipação política, também faria sentir seus efeitos na vila rio-grandina. Comerciantes e negócios britânicos evoluíram junto à comuna portuária, para, mais tarde, pacificada a Europa, proliferarem os indivíduos vinculados às atividades mercantis de várias nacionalidades e o Rio Grande viria a tornar-se o maior entreposto gaúcho, com amplo

destaque para o embarque da produção pecuário-charqueadora rio-grandense e a recepção a uma variada gama de produtos a serem distribuídos pelas localidades sulinas. Se até então a Barra e o Porto constituiriam fatores fundamentais à sociedade rio-grandina, o papel dos mesmos viria a avolumar-se crescentemente, à medida que evoluíam as atividades mercantis, tornando-se as melhorias das condições de acesso a mais importante aspiração da comunidade que, por mais de século, lutaria para vencer a “Barra diabólica” e para constituir um estabelecimento portuário compatível com o desenvolvimento da urbe¹⁸.

¹⁸ Texto publicado originalmente em: Anais do Simpósio Internacional – Porto do Rio Grande: história e cultura portuária. Porto Alegre: CORAG, 2008, p. 257-271.

O revivificar da memória acerca de um movimento social do alvorecer sul-rio-grandense

Muitas vezes esquecida através do passar do tempo no devir histórico, ou ainda pausteurizada de seus condicionantes sociais por meio da historiografia, a Revolta dos Dragões foi um dos eventos mais importantes no nascedouro do Rio Grande do Sul de colonização portuguesa. Momento de inflexão histórica, as contingências que levaram a este movimento poderiam ter mudados os destinos da ocupação humana nas terras gaúchas, naquela incessante disputa entre lusos e hispânicos. Tal rebelião reproduzia nos atos dos militares insurretos apoiados pelo conjunto da população a situação de penúria e abandono a qual fora entregue o primeiro contingente populacional responsável por ocupar e legitimar a posse no território sulino.

Esse esquecimento/silenciamento, ou ainda, essa depuração historiográfica do conteúdo social do movimento em muito tem prejudicado o conhecimento histórico acerca do passado sul-rio-grandense em um de seus momentos mais marcantes. Torna-se, assim, necessário revivificar a memória social acerca da rebelião, de modo que a Revolta dos Dragões possa também ser alocada com maior ênfase no rol dos

acontecimentos históricos que marcaram as lutas do povo gaúcho para a formação social do Brasil meridional. Tal intento pode ter no turismo um elemento propulsor de primeira grandeza, uma vez que as atividades turísticas levam em conta fundamentalmente a edificação/revalidação da identidade cultural. Assim, o turismo, com em uma via de mão dupla, tanto pode contribuir para o restabelecimento da relevância desse movimento histórico, quanto transformá-lo em mais uma potencialidade na constante meta de estimular a presença de visitantes à comuna portuária.

A Revolta dos Dragões

Um clima inóspito, com verões escaldantes, úmidos e abafados e um inverno rigorosíssimo, com frio inclemente e chuvas constantes; um acesso marítimo dos mais dificultosos, que levaria o lugar a receber a pecha de barra diabólica; um horizonte estéril, que ficaria por muito tempo conhecido pelos constantes areais soltos, esvoaçantes e prontos a engolir o que estivesse pela frente; um sítio urbano muito rudimentar, cheio de precariedades e habitações as mais rústicas; um abandono quase que completo por parte das autoridades governamentais; a fome sempre muito próxima, tendo em vista os grandes obstáculos ao abastecimento; e os perigos iminentes em um território em litígio, no qual o inimigo se avizinhava e poderia ser sentido quase que epidermicamente, gerando um dos originais medos coletivos dos primitivos sul-rio-grandenses. Era esse o ambiente vivenciado pela comunidade humana que

esteve presente nas terras gaúchas à época do nascedouro do Rio Grande português, a partir da fundação do povoado em torno do Presídio Jesus-Maria-José. Diante de tamanhas agruras, as insatisfações aflorariam, surgindo pouco tempo depois, uma rebelião de cunho social e militar no alvorecer do Rio Grande do Sul.

A primeira metade do século XVIII caracterizou-se pela consolidação do processo de expansão europeia, visto que um dos pressupostos básicos para sustentação do sistema econômico, predominante à época, era a formação de um arcabouço colonial, ocorrendo a partir disso uma série de conflitos entre diversos países europeus. As antigas nações hegemônicas – Portugal e Espanha – passaram a perder força desde o fracasso da União Ibérica e esse espaço foi sendo preenchido por outras hegemonias como a holandesa, a francesa e a inglesa. Assim, tal centúria foi profundamente marcada por guerras entre os Estados europeus, demonstrando a busca pela preponderância continental e os confrontos advindos das disputas coloniais. Nessa época, almejando recuperar mercados perdidos com o fim do domínio espanhol, Portugal iria eleger como um dos alvos de sua atenção na América, a expansão em direção à região platina, fundando, em 1680, a Colônia do Sacramento. A nova possessão lusitana jamais foi aceita pelas autoridades hispânicas, gerando um clima de agitação e guerra nessa zona, sendo a colônia constantemente atacada, sitiada, invadida e destruída pelos espanhóis e, posteriormente, devolvida e reconstruída pelos portugueses para, mais adiante, reiniciar esse cíclico dilema.

A partir dos repetidos ataques à Colônia do Sacramento, passaram diversas autoridades lusas a elaborar planos e estudos no sentido de promover uma ocupação das terras mais meridionais do Brasil, no atual território do Rio Grande do Sul. Somavam-se às motivações militares, na meta de melhor defender-se as intenções lusitanas no Prata, os interesses econômicos na região, buscando-se aproveitar em maior escala as potencialidades ali existentes. Nesse sentido, após várias incursões a estas terras, a ocupação oficial portuguesa no Rio Grande do Sul se concretizaria em 1737, com a expedição do Brigadeiro José da Silva Paes, representando a síntese dos intentos lusos na zona, quer seja, o estratégico, constituindo-se um ponto de apoio à Colônia do Sacramento, e o econômico, com os primeiros passos em direção a um aprimoramento da exploração do gado ali existente.

Assim, a formação do Presídio Jesus-Maria-José significou mais um passo da expansão colonial portuguesa em direção ao sul. O interesse luso, além da exploração do abundante gado, utilizado mormente a partir da ação mineradora no centro da colônia, estava na manutenção da Colônia do Sacramento, posição de difícil defesa devido aos constantes ataques espanhóis e origem de acirradas disputas militares e diplomáticas entre as nações ibéricas. Esse processo estava ligado ao jogo de interesses na região platina, servindo aquela colônia como formidável entreposto para a prática do comércio ilícito, permitindo a entrada de produtos portugueses (e ingleses), nas possessões espanholas e a evasão de metais preciosos da Espanha, ferindo frontalmente o pacto colonial desse país. Transformava-se a Colônia do Sacramento, dessa forma, no pomo da

discórdia, expressão que se transformou em verdadeiro chavão para designar as disputas entre portugueses e hispânicos.

O povoado formado no Rio Grande se constituiu no centro da dominação lusa nas terras gaúchas, estando ali localizada a representação da administração colonial através da Comandância Militar, ocupada, inicialmente, por Silva Paes e, mais tarde, por André Ribeiro Coutinho e Diogo Osório Cardoso. De modo praticamente simultâneo ao erguimento da povoação, tendo em vista a necessidade de montar-se um aparelho estratégico-defensivo, deu-se também a formação de um Regimento de Dragões na localidade. Os dragões consistiam tropas especiais que atuavam como cavalaria ou infantaria e foram originalmente enviados para servir na Colônia do Sacramento, situação impraticável naquele momento, sendo então deslocados para o Rio Grande. O regimento teve sua gênese ainda com os dois primeiros comandantes militares, mas consolidaria sua organização com Diogo Osório Cardoso. Nessa linha, os dragões constituíam inicialmente um corpo de cavalarianos que, na intenção de seus organizadores, deveria possuir mobilidade tática e capacidade de improvisação, devendo ser capaz até de lutar como um corpo de infantes¹⁹.

A sobrevivência dos primeiros habitantes do Rio Grande, juntamente com a dos próprios soldados, foi extremamente penosa. As maiores dificuldades estavam vinculadas à necessidade de abastecimento externo da nova possessão, às constantes intempéries, ao acesso dificultoso e, muitas vezes, ao abandono por parte da

¹⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 91.

Coroa. Nessa sociedade, viver o dia-a-dia já era uma “aventura”, a incapacidade das coisas com que contavam era notória, suas moradas não passavam de barracas de couro, ou de ranchos cobertos de santa-fé; e havia falta de tudo, de remédios, de igrejas, de tecidos, de cal, de pregos, de pedras, de ferro, de telhas, de madeira, de mulheres, de distrações, de moedas e de tijolos, além disso, o soldo das tropas nunca era pago em dia, e, às vezes, levava anos para chegar²⁰. Tal penúria contrastava com as promessas iniciais da Coroa Portuguesa que garantira aos povoadores e soldados toda a infraestrutura necessária a sua manutenção e, até mesmo, em alguns casos, a distribuição de terras, o que só se efetivaria concretamente no caso dos militares superiores.

A crescente insatisfação levaria a um clima de descontentamento no recente povoado, culminando com a deflagração de um movimento rebelde conhecido como Revolta dos Dragões, iniciado a 5 de janeiro de 1742. Nesse momento, no dizer do “primeiro historiador gaúcho”, esteve a nascente colônia em “apertado lance”, quando os soldados negaram obediência aos seus imediatos superiores, proclamando os oficiais dentre seus próprios quadros²¹. Na descrição do comandante militar, Diogo Osório Cardoso, naquele dia, entre quatro e cinco da tarde, depois de rendida a guarda, juntou-se grande quantidade de soldados em um capão de mato, junto à barra, e dali saindo tentaram aprisionar um cabo

²⁰ CESAR, Guilhermino. Ocupação e diferenciação do espaço. In: DACANAL, J. H. & GONZAGA, S. (orgs.). *RS: economia & política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 11.

²¹ PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. *Anais da Província de São Pedro*. 4. ed. Petrópolis: Vozes/INL-MEC, 1978. p. 70.

de esquadra que passava. Tal militar, a cavalo, fugiu e foi dar notícia ao comandante de que algo de anormal ocorria. Segundo o governante, todas as providências foram tomadas, como o reforço da guarda do Porto, o envio de oficiais e soldados para a praça de armas, a reunião dos paisanos armados, para defesa da autoridade, mas todas elas caíram no vácuo, uma vez que ninguém deu um tiro e os soldados imbuídos de dominar o motim fizeram causa comum com os seus companheiros²².

Nessa linha, os agentes promotores da sedição refletiram em seu ato a precária situação vivida pelo conjunto da população que apoiou o movimento. As principais reclamações dos soldados estavam ligadas aos atrasos de soldos, falta de fardamentos, precariedade de gêneros alimentícios, maus tratos de parte dos superiores, controle individual absoluto, castigos corporais e não cumprimento de promessas feitas anteriormente. As reivindicações dos rebeldes eram traduzidas através de representações por eles encaminhadas e que refletiam as penúrias pelas quais passava o jovem povoado. Ao promoverem a sedição, os rebeldes redigiram um documento ao comandante militar, o “Registro de representação que fez o Corpo de Dragões ao Governador Diogo Osório Cardoso”²³, promovendo uma verdadeira exposição de motivos do movimento.

²² Citado por: CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul (Período Colonial)*. Porto Alegre: Globo, 1970. p. 119.

²³ Citada por: QUEIROZ, Maria Luiza Bertuline. *A Vila do Rio Grande de São Pedro*. Ed. da FURG, 1987. p. 169-171.

Dirigindo-se ao Coronel Governador, com o “mais profundo respeito”, os soldados dragões do Regimento e guarnição do estabelecimento, todos em um corpo, afirmavam não ser o seu ânimo usurpar, nem perturbar a jurisdição real, nem fazer sublevações contra a fé pública e serviço de S. M. e suas reais ordens. Diziam também que veneravam e protestavam guardar, como obedientes e leais vassalos, a defesa da sua Coroa e Estado, até perder a própria vida, como já teriam demonstrado no estabelecimento desde seu princípio, apesar de estarem sofrendo, não só a falta de socorro e fardas, mas por muitas vezes a de pão de munição e outros inconvenientes que ordinariamente eram experimentados na criação de novas povoações. Assim, temerosos das possíveis e prováveis punições, os rebelados intentavam demonstrar que sua atitude fora lançada como um último recurso diante da situação lastimável em que viviam.

De acordo com os rebeldes, eles estavam obrigados da consternação das estreitas ordens e rigorosos castigos com que se achavam oprimidos, sem o desafogo de poderem sair dos portões para fora, sem a licença dos seus oficiais e com penas de prisão e severo castigo. Alegavam também que não poderiam ter cavalos e arreios seus, sendo dado por perdido e prendendo todo o que se achasse montado ao entardecer. Eram também submetidos à obrigação de às oito horas da noite se recolherem aos quartéis, quando eram fechadas as portas, das quais eram tiradas as chaves, além de serem submetidos à mostra pela manhã, ao entardecer e à meia noite. Acusavam ainda que as ordens eram severamente executadas por sargentos, com prisões e pancadas que os maltratavam, contrariamente às regras estabelecidas, bem

como não era admitida a sua queixa contra o disposto no Regimento e nem a elaboração de algum outro requerimento que manifestasse suas insatisfações. Assim, uma das maiores queixas dos rebelados referia-se à severa disciplina e penalizações a que eram submetidos, tudo no sentido das autoridades governamentais buscarem evitar ao máximo qualquer possibilidade de deserção.

Segundo o “Registro de representação”, estava faltando pão de munição, pela pouca prevenção que houvera, de modo que se mandaram dar a cada soldado quinze espigas de milho para quinze dias e uma abóbora para outros tantos, sendo assegurado na frente do Regimento que, em chegando farinhas, se inteiraria tudo sem desconto, mas, apesar da promessa continuara faltando inteiramente. Destacava também que os militares, querendo encaminhar requerimento com tais reivindicações, não só não o foi admitido, como foram passadas ordens para se dar com um pau a morrer naquele que falasse nisso. Os dragões diziam ainda que se viam despidos e em suma miséria com a falta de pagamentos e fardas, impossibilitados para poderem continuar no serviço e que, quanto a isso também fizeram requerimento para que se mandasse pagar as fardas devidas, o que igualmente não foi admitido. Também não foi permitido que entrasse em requerimento o fato de ter sido usurpado o pão de munição de muitos soldados que se achavam destacados.

Queixavam-se os revoltosos que o Brigadeiro José da Silva Paes, quando no comandando do estabelecimento, concedera que alguns soldados dessem outros por si, que ficassem servindo no Rio Grande, diante do que eles poderiam ir servir nas suas praças, ao

que não se dera cumprimento, e ficaram servindo uns e outros. Destacavam ainda que, da mesma sorte, tinham vindo do Rio de Janeiro alguns soldados, já com a praça, para ficarem no povoado sulino por outros que ali se achavam, e que deveriam ir servir no centro da colônia, havendo inclusive alguns despachos de Gomes Freire de Andrada, para que fossem remetidos outros para as suas praças, com a mesma obrigação ou sem ela, o que também não fora deferido. A intenção dos militares era que pudessem, ainda que ocasionalmente, serem substituídos e retirados daquele território prenhe de intempéries e perigos, com o inimigo tão próximo.

A malversação de parte das autoridades também era denunciada pelos revoltosos, ao afirmarem que, tendo se remetido da Provedoria da Fazenda do Rio de Janeiro toda a previdência de dietas para o Hospital, elas foram desviadas para outras partes, faltando à assistência e caridade dos doentes, por cuja causa notoriamente padeciam misérias excessivas. Os constantes castigos constituíam mais um dos pontos de queixas dos militares, os quais destacavam que havendo suspeita de algum soldado querer desertar, sem prova legal, o passavam a pau pelos cabos-de-esquadra, na frente do Regimento, de onde iam para o Hospital, e depois os mantinham em rigorosas prisões e galés. Ficavam eles escandalizados também de serem maltratados com palavras injuriosas, acutilados, chegando alguns a ficar aleijados de mãos e pés, bem como serem afrontados, como o caso do soldado que, chamado à casa de um capitão, na qual, a portas fechadas, foi tão maltratado por dois mascarados, com sacos de areia e calabrotes, que teve de ser levado para o

Hospital. Denunciavam que tais tratamentos teriam sido praticados apenas por razões particulares.

Nessa linha, os dragões afirmavam que se viam ultrajados, sem desafoço algum, passando excessivas misérias advindas da falta de vinte meses de soldos e três anos de fardas. Nessa linha, diziam-se desenganados, passando a acreditar que por outro caminho não seriam atendidos, de modo que haviam tomado a resolução de se separarem em um Corpo da Obediência do Governo de seus oficiais, elegendo entre si outros, e um comandante, tanto para continuar o serviço, assim de guardas e rondas para a defesa do estabelecimento, como para, debaixo da obediência deles, se evitarem roubos, violências e outros distúrbios que pudessem acontecer aos moradores, como até então se havia observado, sem alterar novidade alguma no que tocasse a faxinas e mais disposições pertencentes à jurisdição real. Declaravam que pretendiam manter tal situação até que lhes fossem satisfeitas inteiramente suas reivindicações quanto a soldos vencidos e fardas, além de que lhes fosse franqueado poderem andar nos seus cavalos, não só dentro da praça, mas fora dela, na forma que lhes era permitido pelas Novas Ordenanças.

Os militares almejavam ainda que pudessem ter canoas para pescar e buscar toda a mais conveniência nas vizinhanças da povoação, nos dias que fossem isentos de serviço, sem mais obrigação que a de dar parte e obediência a seus oficiais. Objetivavam que fossem isentados das mostras e de serem recolhidos aos quartéis os que com seu procedimento não dessem ocasião a isso, praticando-se com eles o que se praticava nas mais praças do Brasil, de modo que pudessem suavizar outros descômodos que padeciam no jovem

povoado. Reivindicavam que se desse cumprimento aos despachos de Silva Paes a respeito das licenças e das possíveis substituições, para que não desanimassem e para que pudessem servir com mais gosto. Pediam ainda para aqueles que constassem por certidão do cirurgião e dos seus oficiais, terem queixas graves para continuar o serviço e necessitassem de mais eficazes remédios dos que se achavam na povoação, pudessem ser remetidos ao Rio de Janeiro, antes que ficassem incuráveis, para ali tratarem da sua saúde, com obrigação de se restituírem à sua praça.

Os rebelados solicitavam também que os doentes do Hospital fossem assistidos com mais caridade e que não fossem desviadas para outra parte as dietas que se remetiam para tal fim como até então vinha acontecendo. Pretendiam ainda não ser castigados, como até aquele momento, pela leve presunção de quererem desertar, sem evidente prova. Por outro lado, em nome do Corpo, por crédito dele e honra da nação, requeriam e pediam que os que desertassem, roubassem, ferissem, causassem distúrbios e faltassem às suas obrigações, fossem logo punidos e castigados severamente, conforme a gravidade das suas culpas e as determinações das Novas Ordenanças. Nesse sentido, os rebeldes buscavam distinguir sua ação reivindicatória daquelas que pudessem ser enquadradas como efetivamente criminosas.

Finalmente, os dragões retomavam o argumento de que sua atitude constituía medida extrema e última alternativa diante das desgraças vivenciadas. Diziam que da resolução que tomaram foram obrigados pela miséria e consternação em que se achavam, diante do que, ainda que se atribuisse o nome de tumulto e

levantamento, o que acreditavam que não o fosse, ou de excesso, lhes fosse concedido o perdão de todas as forças que se praticavam em semelhantes casos, para que em tempo algum pudessem ser castigados nem punidos, de modo que tivessem condições de, sem temor, restituir-se à obediência de seus oficiais e continuar no real serviço com mais gosto, zelo e honra com que desejavam empregar-se nele. O receio das mais severas punições fazia com que os rebeldes arrematassem seu Registro de representação quase que se desculpendo pelos seus atos, pedindo o perdão e enfatizando que acima de tudo pretendiam continuar servindo à Coroa.

Mesmo rebelados e controlando as posições oficiais, os amotinados buscaram manter a rotina de vida e as funções públicas e militares do povoado em plena edificação. A partir da revolta, Diogo Osório Cardoso buscou contornar a situação e, de modo a apaziguar os ânimos, prometeu aos sediciosos que seus intentos seriam levados em conta. O comandante militar chegou a intimar a população para que todos que possuíssem dinheiro repassassem à tesouraria real, caso contrário, os que se negassem seriam considerados rebeldes perante a Coroa. Dessa maneira, reuniu as tropas e, conclamando todos à pacificação, garantiu-lhes, *ad referendum* às autoridades centrais, que seriam totalmente atendidos em suas reivindicações, a não ser a referente à questão pecuniária, por não haver dinheiro suficiente naquele momento, além disso, ficava garantido também o perdão aos rebeldes.

Nessa ocasião, o governante manifestava-se dizendo que aceitava todas as condições apresentadas na proposta e representação que fizera o Corpo de Dragões que se achava separado, menos a de se pagar por inteiro,

presentemente, tanto os soldos vencidos de vinte meses como os fardamentos, por não haver no estabelecimento a providência necessária, nem se acharem esses arbitrados. Diante disso, propunha-se a por na presença de Gomes Freire de Andrada, Governador e Capitão General da Capitania, no sentido de prover inteiramente as condições e isenções expressadas e confirmar o perdão que dava aos amotinados²⁴. Essa aceitação do comandante militar aos termos dos rebeldes só ocorreria tendo em vista a completa falta de alternativas para tomar outro tipo de providência.

Grande parte dos historiadores que abordou o tema considerou essa concessão do perdão como o fato que demarcaria o encerramento do evento rebelde, no entanto, ele prosseguiu. Apesar do arrefecimento de ânimos após a atitude de Diogo Osório Cardoso, no mês seguinte, o desembarque de Silva Paes, com a função de aplacar as manifestações rebeldes, iria demonstrar que ainda havia fagulhas da rebelião dentre as cinzas, uma vez que o Brigadeiro não trouxera nem os soldos nem os mantimentos devidos, reascendendo o movimento. Foi com dificuldades que Silva Paes negociou com os rebeldes que não pretendiam permitir que ele se afastasse, conseguindo, porém, garantir sua saída com a promessa de que iria à Santa Catarina obter recursos para satisfazer os rebelados. Em verdade, o Brigadeiro retirou-se para a Estância Real do Bojuru, esperando a chegada do barco que traria mantimentos e soldos. Mesmo após a entrada da embarcação, os rebeldes continuaram insatisfeitos, uma vez que só foi pago um terço do que lhes era devido. A intensificação da revolta

²⁴ Citada por: CESAR. 1970. p. 123.

tornou-se iminente, surgindo até a possibilidade, por parte de alguns de quebra de fidelidade e colocação dos serviços à disposição da Espanha. A pacificação apenas ocorreria a partir do momento em que os líderes do motim aceitaram as promessas de que logo receberiam os atrasados, além de ficar-lhes garantido o completo perdão por parte das autoridades reais.

A situação se agravaria a partir de fevereiro, em um quadro no qual a insatisfação da população recrudesceu, principalmente a partir da chegada do Brigadeiro José da Silva Paes ao Rio Grande. Nesse momento, os soldados da guarnição pensaram que o militar tivesse vindo fazer o pagamento de seus salários com vinte meses de atraso e, quando verificaram que não fora por isso, entraram em grande amotinação. O estado de coisas na povoação do Rio Grande chegou a ser descrito como de “grande murmuração” entre os soldados, que não permitiram que o Brigadeiro voltasse, como era sua intenção fazer, até que promettesse remeter o dinheiro, roupa e provisões, e providenciar para que todas as suas queixas fossem atendidas, só assim consentindo na sua partida. Os distúrbios no Rio Grande acirravam-se à medida que a fome mais ameaçava, estando as rações tão diminutas que mal chegavam, em quadro em que o povo estava, há vários dias, sem farinha, da qual faziam o pão. O estoque de alimentos existente, considerando-se o número de pessoas a serem mantidas, era muito escasso, e não duraria mais de seis semanas, na base da ração distribuída até então²⁵.

²⁵ BULKELEY, John & CUMMINS, John. *Uma viagem aos Mares do Sul (1740-1)*. Rio de Janeiro: Cia. Brasil Editora, 1936. p.150-152.

Além das amplas dificuldades de abastecimento, mais uma ordem de óbices era também enfrentada pela povoação fundada no Rio Grande, ou seja, os riscos representados por possíveis incursões dos espanhóis. Foi o caso da chegada de três marinheiros à guarnição, dizendo que pertenciam a um navio de provisões destinadas para este local, proveniente do Rio de Janeiro e que haviam partido de lá havia três meses, tendo ficado fora da barra, esperando uma oportunidade para entrar. Argumentaram ainda os três marujos desconhecidos que, como não havia água a bordo, foram obrigados a ancorar dez léguas ao sul do porto, sendo seu objetivo buscar um abastecimento de água, porém, devido ao vento, o navio os havia deixado, parecendo a eles que se deslocara para Santa Catarina. Diante disso, o Governador, não ficando satisfeito com a história, tomou-os por espíões, e como tal, prendeu-os, enviando homens à Santa Catarina para verificar a versão entabulada pelos três marinheiros aprisionados. As suspeitas da autoridade pública viriam a se confirmar, pois dois dias após sua chegada, os três marinheiros tentaram escapar em direção ao Rio da Prata, sendo, no entanto, novamente aprisionados²⁶.

Já em março, noticiava-se que fazia vários dias que o “povo estava agitado”, porque o navio não chegara, apesar do vento ter estado favorável havia mais de três semanas, de modo que a escassez de mantimentos em depósito trazia receios quanto a um bom termo à sedição. Mais tarde, viriam a aportar dois navios no Rio Grande, trazendo aos soldados não somente as provisões, mas também um perdão. Em

²⁶ BULKELEY & CUMMINS. p.153 e 155-156.

seguida ocorreria a chegada de Silva Paes, no intuito de extinguir de vez a insurreição. No entanto, como a quantia trazida não cobria todo o valor dos soldos em atraso, a insatisfação persistiu e foi a muito custo que se obteve a pacificação da revolta, havendo, inclusive, ameaças de deserção e oferecimento de serviços à inimiga Espanha, encerrando-se o movimento rebelde somente graças à atitude de seu líder que resolveu aceitar o pagamento de parte do soldo devido, bem como o perdão da Coroa Lusa, no que foi seguido pelo restante dos amotinados²⁷.

²⁷ BULKELEY & CUMMINS. p. 158-160. Os estertores da revolta foram assim narrados: No dia 20, chegou o Brigadeiro. Pôs em fila todos os soldados, e leu a eles o perdão. Informou-os de que o dinheiro tinha chegado, porém somente a terça parte do soldo em atraso, sendo que o restante estava a caminho. O dinheiro que tinha recebido seria pago imediatamente, se quisessem aceitar. Todos, porém, de uma só voz, bradaram “Ou tudo ou nada!” e grande confusão reinou em seguida. Alguns eram de opinião a passar ao lado do rei da Espanha, outros começaram a mudar de ideia, e preferiram receber parte do dinheiro. A maioria, porém, insiste em receber o total. Para acalmar essa confusão, o comandante empregou os seus maiores esforços. Davam-lhe mais atenção que ao Brigadeiro, ou mesmo ao Governador. Disseram ao comandante que só eram soldados, quando perceberiam soldo do Rei, e que, todos que fossem pelo Rei, levantassem a mão! “É, exclamaram, o nosso comandante, por isso confiamos em que responderá para nós. O que fizer garantiremos com a vida”. Ouvindo isto o comandante entregou o comando, e pondo ao ombro a carabina, foi tomar, na fila, o lugar de um soldado raso, dizendo: “Uma vez que o Rei foi tão generoso em perdoar, é dever aceitar!” O Brigadeiro ficou tão satisfeito com o procedimento do comandante que correu para ele, e,

O fim da revolta deveu-se mormente à total falta de condições da Coroa Lusa de tomar providências mais enérgicas, esmagando os rebeldes, notadamente por tratar-se dos perigos e dos jogos de interesse envolvidos naquela região em litígio. A concessão do perdão aos rebeldes foi, entretanto, limitada a questões circunstanciais que visavam suavizar levemente o tratamento para com os soldados. Nesse sentido, a ratificação do perdão de Osório Cardoso, feita por Gomes Freire de Andrada chamava atenção para o fato de que aquele tipo de atitude jamais deveria se repetir, pois constituiria “mau exemplo” para os demais súditos, além disso, todas as concessões obtidas pelos amotinados foram circunscritas às condições e disponibilidades financeiras das autoridades centrais e à manutenção de determinadas formas de controle sobre os militares, visando, essencialmente, a redução dos riscos de deserção. Tais questões ficaram expressas no Registro da ratificação do perdão ao Corpo de Dragões²⁸, datada de 3 de abril de 1742.

O documento de perdão da lavra de Gomes Freire de Andrada, afirmava que, à conta que o Coronel Comandante do estabelecimento, Diogo Osório Cardoso, dava do atentado que o Corpo cometera e a representação que o mesmo fizera ao dito Coronel, mostravam a

tomando-o nos braços, abraçou-o com grande entusiasmo. O resto da tropa seguiu o exemplo do ex-comandante, devolvendo os postos aos verdadeiros oficiais. Assim terminaram hoje a sedição e a confusão que reinavam havia algum tempo, tudo voltando à tranquilidade, à disciplina e à ordem. BULKELEY & CUMMINS. p. 160.

²⁸ Citado por QUEIROZ. p. 172-174.

desordem e crime cometido, o que teria constituído um fato em que, não só desatendera às Ordenanças de S. M., negando obediência aos oficiais, elegendo entre si quem os governasse, mas usurpara o seu real poder e escurecera o crédito na Nação Portuguesa, que em inumeráveis ocasiões teria dado estimadíssimas provas de sua constância e fidelidade. Destacava ainda que a desordem fora executada antes dos militares haverem feito representação acerca das faltas e violências que padeciam, como seria a sua obrigação, e não por tão estranho meio como obrou para lhe dar a providência que necessitava. A autoridade pública intentava manter o rigor em sua manifestação, buscando apontar o movimento como um ato criminoso que deveria ser punido com rigor, pois, na sua concepção, os dragões não haviam seguido o caminho correto da reivindicação, entretanto, tal chance não fora dada aos militares, como eles mesmos afirmavam.

Apesar desse rigorismo inicial, o governante era conhecedor dos percalços que cercavam a região e da impossibilidade de rearranjar forças para garantir a defesa da guarnição. Desse modo, suavizaria seu discurso, explicando que, atendendo à regularidade que se havia feito depois e à forma em que fora continuando o serviço, e a que o dito Coronel prometera, em nome de S. M., perdão do excesso obrado, Gomes Freire confirmava o dito perdão. Junto de tal absolvição iam junto algumas determinações, pelas quais, a autoridade pública, destacando que esqueceria a violência que se executara, esperava que dali em diante desse o Regimento tão repetidas provas de sua fidelidade, que destruísse o conceito que nas mais tropas se fizera de “tão feio acontecimento”. Mesmo com essa verdadeira anistia, contra a qual não tinha muito a fazer, Andrada

não deixava de qualificar o ato rebelde como violento e que servira de mau exemplo aos demais militares.

Quanto às solicitações rebeldes, a autoridade governamental mandava primeiramente que se fizesse o pagamento, empenhando a sua palavra de que, logo que na Provedoria da Fazenda Real fosse entrando algum rendimento se iriam perfazendo os meses que restassem a dever, bem como ocorreria a promessa de envio de fardamentos e farinha. Permanecia a Coroa lusa no campo das promessas e a garantia de que se colocaria em dia o soldo em atraso ficaria condicionada às condições de arrecadação. No que tange a punições dos oficiais que pudessem ter cometido excessos no tratamento dos soldados, Gomes Freire ordenava que, na primeira embarcação, fosse remetido e preso um capitão, enquanto que um alferes seria mudado para o Reduto do Albardão, donde ficaria até contraordem. Garantia também que os dois soldados que haviam sido maltratados, por ordem daquele capitão, havendo a conveniência dos mesmos, poderiam retirar-se do Rio Grande.

Gomes Freire de Andrada permitiria ainda que, podendo algum soldado ter cavalo próprio, sela e arreios, sem ser de S. M., se servisse dele, não excedendo a saída de mais de uma légua a duas, sem mais armas que a sua espingarda, se fosse caçador, e para qualquer saída seria sempre com a licença dos seus oficiais. Garantia também que pudessem ter canoas e usar delas na forma que pediam, mas sem velas nas ditas embarcações, e as recolheriam na Guarda do Porto sob controle de sentinela. Mandava que aos soldados que o seu claro procedimento não desse causa ao aperto de tantas revistas, se permitisse o que pediam. Declarava que, havendo permissão sua para se recolher algum

soldado, se cumprisse, como também os despachos que houvesse de soldado que tivesse dado outro por si, pudesse sair daquele povoado no extremo-sul. Mandava que se emendasse toda a desordem, se é que ela havia, nas dietas e Hospitais.

Determinava ainda o governante que não se procedesse a castigo grave sem prova, por suspeita de deserção, pois caía a infâmia no soldado e sua família quando chegava a ser castigado pelo “abominável delito” de desertor. Finalmente, Andrada ordenava que em tudo se observasse a justiça e equidade, evitando tão grave proceder e mantendo-se a disciplina das tropas, para que dali em diante se visse eliminada a desordem, e que todos servissem conforme as reais intenções e Ordenanças de S. M. Apesar desse manifesto sentido de anistia e de concessão, a autoridade pública atendia apenas algumas das questões circunstanciais e não eliminava em maior escala as limitações impostas aos militares no jovem povoado, pois acima de tudo, permanecia a tentativa de eliminar possíveis intenções desertoras.

Terminava, assim – com um perdão concedido por razões circunstanciais e com as autoridades não abrindo mão do controle sobre seus subordinados – uma rebelião que não foi movida só por interesses dos militares e que contou, isto sim, com o apoio de boa parte dos novos povoadores, vinculados direta ou indiretamente com os soldados e passando pelo mesmo tipo de privação, constituindo-se portanto, além de um movimento de cunho militar, em um acontecimento de significativo teor social. Aplacada a revolta, os dragões permaneceriam em suas funções estratégico-defensivas até os anos cinquenta, quando, a partir da nova

conjuntura histórica advinda do Tratado de Madri e a consequente Guerra Guaranítica, o regimento seria deslocado para a localidade de Rio Pardo, a partir de onde teriam participação no processo de ampliação e integração das fronteiras sul-rio-grandenses, incorporando, inclusive, à sua própria denominação, como epíteto, o nome daquela comunidade, surgindo os *dragões do Rio Pardo*.

A historiografia oficial se utilizaria em larga escala do papel exercido pelos dragões, localizando-os nos mais decisivos embates entre luso-brasileiros e hispânicos. Essa versão apresentou os militares como heróis, movidos unicamente por um espírito patriótico, calcado em um altruísmo, verdadeiros mitos que estariam à frente de seu próprio tempo. Diante desse contexto, torna-se importante, não a negação da real participação dos dragões nos eventos militares que marcaram a formação das fronteiras gaúchas, mas, isto sim, ressaltar que eles foram movidos por interesses profissionais e pessoais ligados às possibilidades de ascensão social, seja dos oficiais de alta patente, futuros proprietários de terra e representantes de parte da oligarquia rio-grandense, seja dos soldados, os quais atuaram em busca de melhores condições de vida e que, gradualmente, se vinculariam aqueles oligarcas nas tradicionais relações de clientelismo que marcaram a história rio-grandense-do-sul²⁹.

²⁹ Texto elaborado a partir de: ALVES, Francisco das Neves. *O mito do dragão gaúcho*. Rio Grande: FURG, 2004. Dentre os trabalhos que construíram uma visão mítica e heroica para os dragões, destacam-se: PORTO, Aurélio. *O Regimento de Dragões do Rio Pardo na expansão geográfica do Rio Grande*

Tal perspectiva historiográfica aplicaria uma visão reducionista acerca da Revolta dos Dragões, intentando destacá-la como um movimento de natureza exclusivamente militar. Apesar de reconhecer o sentido do espírito reivindicatório dos rebeldes, o discurso historiográfico oficial deixou de fazer referência ao fato de que a insatisfação tomava conta da sociedade como um todo, afinal, para os articuladores dessa construção discursiva não era interessante o destaque a uma sedição de cunho social marcando a gênese da história gaúcha. Na mesma linha, a grande ênfase foi à manutenção da ordem por parte dos rebelados, os quais teriam se

do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. III e IV trimestres, ano VI. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1926. p. 605-634.; PORTO, Aurélio. Os Dragões de Rio Pardo. *A Federação*. Porto Alegre: 26 jul. 1928. p. 3.; OSÓRIO, Fernando Luiz. *Sangue e alma do Rio Grande*. Porto Alegre: Globo, 1937.; OSÓRIO, Fernando Luiz. A formação dos dragões e os primeiros Osórios do Rio Grande. In: *Anais do Segundo Congresso de História e Geografia sul-rio-grandense*. Porto Alegre: Globo, 1937. v. 2. p. 173-184.; OSÓRIO, Fernando Luiz. Legenda dos Dragões. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. n. 32. Porto Alegre: IHGRGS, 1928. p. 557-565.; BORGES FORTES, João. O levante dos dragões do Rio Grande em 1742. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. n. 74. 2º trimestre, ano XIX. Porto Alegre: Globo, 1939. p. 217-223.; SPALDING, Walter. Os dragões do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. 4º trimestre, ano XVI. Porto Alegre: Globo, 1936. p. 219-236.; SPALDING, Walter. A Revolta dos Dragões do Rio Grande. In: *Anais do Segundo Congresso de História e Geografia sul-rio-grandense*. Porto Alegre: Globo, 1937. v. 2. p.137-165.; e ANTUNES, Deoclécio De Paranhos. *Dragões de Rio Pardo*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército – Ministério da Guerra, 1954.

lançado à luta, mas não abandonado seu papel social. Segundo essa concepção a rebelião teria terminado com a emissão do perdão de parte das autoridades governamentais e os acontecimentos posteriores à chegada de Silva Paes, inclusive com o recrudesimento da revolta e até uma possível ameaça de deserção e passagem para o lado da coroa espanhola, foram simplesmente suprimidas desse tipo de narrativa. Essa visão distorcida iria contribuir profundamente para que, em termos de conhecimento geral, ou do senso comum, pouco se soubesse acerca do movimento ocorrido no nascedouro do Rio Grande do Sul, relegando-o a um papel secundário, ou, por vezes, quase que levando a um esquecimento da Revolta dos Dragões.

A memória acerca da Revolta dos Dragões como fator incentivador do turismo: brevíssimo esboço

A partir de uma análise histórica acerca da Revolta dos Dragões, torna-se possível estabelecer um breve e introdutório esboço de como o turismo poderia servir para revivificar tal movimento, ao mesmo tempo que poderia esse processo redundar na criação de mais uma potencialidade turística na região. Tal resgate poderia dar-se através da encenação da Revolta dos Dragões, em moldes aproximados ao que acontece em várias partes do mundo, como, por exemplo, o caso das representações da Guerra da Secessão, no contexto estadunidense, ou da Revolução Farroupilha, tantas vezes reprisada desde nas maiores cidades até nos mais

longínquos rincões gaúchos. Tais encenações acabam por constituir significativo mote de atração turística, mobilizando importantes contingentes de visitantes.

Essas encenações normalmente tendem a um certo caráter cívico e ao enaltecimento dos personagens ungidos à posição de ícones do passado, em uma visão romantizada, de razoável apelo popular e caindo no gosto do grande público. Desse modo, tais representações, no que tange à Revolta dos Dragões, poderia descambar para reproduzir na íntegra a visão mitificadora e heroicizante que foi consagrada pela historiografia. Entretanto, é possível também apresentar-se uma perspectiva diferenciada, que leve à comunidade e aos visitantes uma versão mais fiel ao resgate histórico dos fatos ocorridos no século XVIII. Para isso, torna-se fundamental que tais reconstruções cênicas não venham a nascer de cima para baixo e sim a partir da base da sociedade, por um processo de conscientização e busca pelas identidades culturais no que tange à relevância do evento.

Tal identidade pode estar intrinsecamente vinculada à apreensão e assimilação da comunidade do valor de seu passado como legitimador de suas existências presentes, a partir da construção da memória social e da valorização dos acontecimentos pretéritos como verdadeiro patrimônio cultural da sociedade. Nessa linha, em tais recriações deve-se a todo o custo evitar prescindir-se dos valores culturais de determinadas localidades ou desrespeitar-se às identidades locais, ao levar-se em conta apenas o imediatismo de satisfazer o mercado, esquecendo a

identidade cultural e os valores próprios de uma comunidade³⁰.

Assim, em um possível resgate da Revolta dos Dragões através de sua encenação, deve-se trilhar um caminho oposto ao que muitas vezes tem acontecido nos últimos anos, no campo do turismo, em que se inventaram tradições que não têm referentes no passado e cuja única função tem sido a de servir como atrativo turístico “cultural”. Na verdade, são atrativos artificiais, dado que não se sustentam em uma história verídica. O turismo também tem apelado a ficções orientadoras para construir seus atrativos. Esse conceito tem sido usado, em princípio, vinculado à noção de nacionalismo, na área política, para difundir determinadas ideias. Trata-se de um conjunto de peças literárias ou historiográficas que contribuem para criar uma determinada identidade, mas que não passam de criações tão artificiais como ficções literárias³¹.

Transformar a tradição em produto turístico não é algo novo, posto que antigas práticas culturais são frequentemente motivação para planejamentos turísticos e para viagens de turistas³². Desse modo, esse tipo de encenação tende a ganhar espaço nos dias atuais, uma época que vive de significantes e não de significados, e na qual a autenticidade é a leitura de um texto que

³⁰ CAMPODÓNICO, Rossana & CUNHA, Nelly da. *Turismo, desarrollo & MERCOSUR*. Palma: Universitat de les Illes Balears, 2009. p. 23.

³¹ BARRETO, Margarita. *Cultura e turismo: discussões contemporâneas*. Campinas: Papirus, 2007. p. 106.

³² MENESES, José Newton Coelho. *História & turismo cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 99.

precisa ter coerência única e exclusivamente no interior do próprio texto que se constrói. Autêntico seria o que se constrói coerentemente consigo mesmo. No turismo, não se pode fugir dessa contingência, o que não diminui, mas antes aumenta a responsabilidade de quem atua na área³³.

Nesse contexto, a lembrança deve ser fixada, evocada, reconhecida e localizada, pois uma boa fixação depende da frequência das repetições e da motivação, ou seja, dos interesses do sujeito. Dessa forma, pode-se ligar fixação e evocação, a primeira tendo lugar em razão da segunda, em um quadro pelo qual o reconhecimento implica um esforço de reconstrução da lembrança. A evocação espontânea acontece por associação de ideias, uma rememoração que se classifica de lógica e que restabelece, entre os acontecimentos do passado, relações de causalidade que contribuem para consolidar sua conservação³⁴. Nessa perspectiva há uma fundamental necessidade de interação entre o passado e o presente, bem como um caráter inter-complementar entre os interesses dos turistas e os dos habitantes locais.

Desse modo, a participação de membros da comunidade nesse tipo de manifestação é condição necessária para que cumpra sua função social de fortalecer a identidade do grupo. Nessa linha, a atividade torna-se um simbólico retorno às origens – uma origem muitas vezes imaginária ou reinterpretada –

³³ GASTAL, Susana. *Turismo, imagens e imaginários*. São Paulo: Aleph, 2005. p. 88.

³⁴ POZENATO, Henia Maria Menegotto; GIRON, Loraine Slomp & LEBRETON, Max. *Interfaces: cultura, comunicação e turismo*. Caxias do Sul: ECUCS, 2009. p. 86.

necessário para garantir a integridade do indivíduo. Isso significa que a manifestação cultural imaginada, reinterpretada ou reinventada pela comunidade, ao ser incorporada à alma coletiva, serve de amálgama na consolidação da identidade grupal, que fortalece o indivíduo para fornecer-lhe a base de sustentação psicológica necessária para enfrentar a realidade, que será compreendida a partir da cultura constituída pelo grupo social do qual faz parte³⁵.

Nesse tipo de atividade visando o aprimoramento do turismo, torna-se essencial deixar espaço para que o turista possa desenvolver seu poder interpretativo daquilo que está vivenciando. Dessa forma, além de dar sentido e significado ao objeto turístico, a informação deve provocar emocionalmente o visitante, para que, estimulado, ele tenha prazer no exercício problematizador. Também é importante que se tente sensibilizar o espectador para a preservação do objeto, estimulando nele uma ação preservadora que ultrapasse a sua visita. É preciso ainda atentar, se for o caso, para o tipo de público preferencial de visita e criar linguagens específicas direcionadas a ele; informar de forma breve, considerando que o visitante quer e precisa de autonomia interpretativa e que estará vivenciando o objeto no local de sua visita. No caso de objeto com significados diversificados e contraditórios, deve-se apresentar opções mais condizentes e, se for interessante, contradizer significados equivocados ou

³⁵ DIAS, Reinaldo. *Turismo e patrimônio cultural – recursos que acompanham o crescimento das cidades*. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 60.

apresentados como criação mitológica, o que tem sentidos interessantes para o estudo de culturas³⁶.

Por outro lado, a assimilação desse tipo de evento de parte da comunidade só se torna possível com o reconhecimento da importância do evento como uma manifestação patrimonial da memória sociocultural. Nesse sentido, devem ser levados em conta os principais aspectos que configuram o patrimônio, os quais podem assim ser sintetizados: o patrimônio está relacionado à cultura em seu sentido amplo, bem como ao ambiente natural; ele está fundamentalmente relacionado com o passado de um povo, é uma herança, faz parte de um legado cultural; ele também apresenta eficácia simbólica, na referência a uma realidade cultural que supera o objeto ou a ação em si – manifestações tangíveis e intangíveis do patrimônio – e converte-se em uma representação da comunidade que o herdou e detém, bem como de seu passado, a fim de tornar-se um símbolo de identidade dessa comunidade³⁷.

De acordo com essa concepção, a Revolta dos Dragões pode ser tranquilamente enquadrada como uma manifestação patrimonial advinda do passado da comunidade gaúcha. Nesse sentido, deve-se ressaltar que há certos elementos que adquirem um valor especial e que constituem uma referência simbólica para determinada cultura e é a esse conjunto de bens que o indivíduo ou o grupo herda de seus antepassados para possuí-los efetivamente e para usá-los da forma como mais lhe convém que pode receber a denominação de

³⁶ MENESES, José Newton Coelho. *História & turismo cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 84.

³⁷ DIAS. p. 77.

patrimônio cultural. Tal patrimônio não é outra coisa senão a prova evidente da existência de vínculos com o passado diante da necessidade social do homem em experimentar uma sensação reconfortante de continuidade no tempo e de identificação com uma determinada tradição³⁸.

Assim, a encenação da Revolta dos Dragões como atrativo turístico pode ser associada à criação de um objeto cultural. Nesse quadro, o processo de interpretação de um objeto de cultura deve considerar os seguintes princípios norteadores³⁹:

PRINCÍPIOS NORTEADORES	APLICABILIDADE NA ENCENAÇÃO COM FINS TURÍSTICOS DA REVOLTA DOS DRAGÕES
problematizar o objeto cultural para apresentá-lo de forma crítica e estimuladora da curiosidade do visitante	reconhecer a revolta como um momento de inflexão histórica para a formação sul-rio-grandense
apresentar o objeto sob uma perspectiva ampliada, considerando o seu contexto social, permitindo ao turista selecionar aquilo que sua sensibilidade valoriza na apresentação	identificar a revolta em sua contextualização histórica, levando em conta as disputas entre portugueses e espanhóis pela posse do território sulino
informar tendo como perspectiva não a instrução de	promover uma reedificação histórica a mais fidedigna

³⁸ DIAS. p. 78 e 211.

³⁹ MENESES, José Newton Coelho. *História & turismo cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 83.

ENSAIOS ACERCA DA HISTÓRIA COLONIAL DO RIO GRANDE

alguém que não sabe sobre o tema, mas a provocação de sentidos do visitante, tendo como premissa que ele se interessou em conhecer o objeto e, portanto, deve ser estimulado a interpretá-lo	possível, levando em conta a reconstrução de época, com o maior esmero possível na reprodução dos detalhes
abordar o tema de forma abrangente, evidenciando seus componentes históricos, sociais, econômicos, ambientais, ideológicos, plásticos, técnicos, etc., de forma a possibilitar uma compreensão que satisfaça a busca de conhecimento do visitante	apresentar a revolta como um movimento que envolveu os interesses globais do conjunto da população, atormentada por um ambiente inóspito e pelo abandono das autoridades públicas
revelar significados, sentidos, de forma a evidenciar possibilidades de interpretação, mesmo que opte por ressaltar uma única interpretação	estabelecer a reconstrução cênica dos fatos levando em conta os vários condicionantes histórico-historiográficos pelos quais se promoveu o saber acerca da revolta
utilizar linguagem acessível, imagens e áudios que possam facilitar a apreensão e estimular a sua busca	promover a encenação, com uma adaptação à linguagem contemporânea e utilizando os hodiernos recursos multimídia
tentar ligar o objeto ao cotidiano presente, de forma que o visitante veja utilidade na compreensão do objeto	buscar níveis de identificação entre os obstáculos enfrentados pelas sociedades dos setecentos com as contemporâneas
além de dar sentido e significado ao objeto, a	explicar ao visitante que a revolta foi um dos

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

informação deve provocar emocionalmente o visitante, para que, estimulado, ele tenha prazer no exercício problematizador	momentos decisivos pelos quais os primeiros sul-rio-grandenses reivindicaram melhores condições sociais
tentar sensibilizar o expectador para a preservação do objeto, estimulando nele uma ação preservadora que ultrapasse a sua visita	estimular a população local e os visitantes quanto ao valor histórico da revolta no que tange à memória social dos gaúchos
atentar, se for o caso, para o tipo de público preferencial de visita e criar linguagens específicas direcionadas a ele	adaptar a linguagem empregada de modo que ela seja acessível aos mais variados segmentos da sociedade
informar de forma breve, considerando que o visitante quer e precisa de autonomia interpretativa e que estará vivenciando o objeto no local de sua visita	promover a circulação de material de divulgação que sirva à exposição do evento e, ao mesmo tempo, venham a dar uma breve explicação sobre o mesmo
no caso de objeto com significados diversificados e contraditórios, apresentar opções mais condizentes e, se for interessante, contradizer significados equivocados ou apresentá-los como criação mitológica, o que tem sentidos interessantes para o estudo de culturas	buscar um denominador comum entre as reconstruções intelectuais promovidas acerca da revolta, mormente no que tange às versões mitificadoras/heroicizantes e àquelas que buscaram reafirmar o conteúdo social do movimento

Assim, a encenação da Revolta dos Dragões poderia trazer em si algum nível de potencialidade em

termos turísticos. Tal atividade poderia ter um caráter complementar em relação a outros cenários e atividades turísticas, como, exemplificativamente as festividades alusivas às interfaces com o mar ou a visitação à praia e ao centro histórico citadino, empreendendo-se, nesse sentido, um turismo de evento cultural. Essa expectativa prende-se ao fato de que o turista atraído pela cultura é aquele que passa suas férias em um destino não cultural, como praia ou campo, mas que não despreza, ocasionalmente, visitar lugares históricos e aproveitar as ofertas culturais disponíveis. É um tipo de turista que tende a crescer à medida que o turismo cultural seja considerado uma importante atividade complementar a outras atividades turísticas, como o turismo de *sol e praia*, turismo com base na natureza, entre outros⁴⁰.

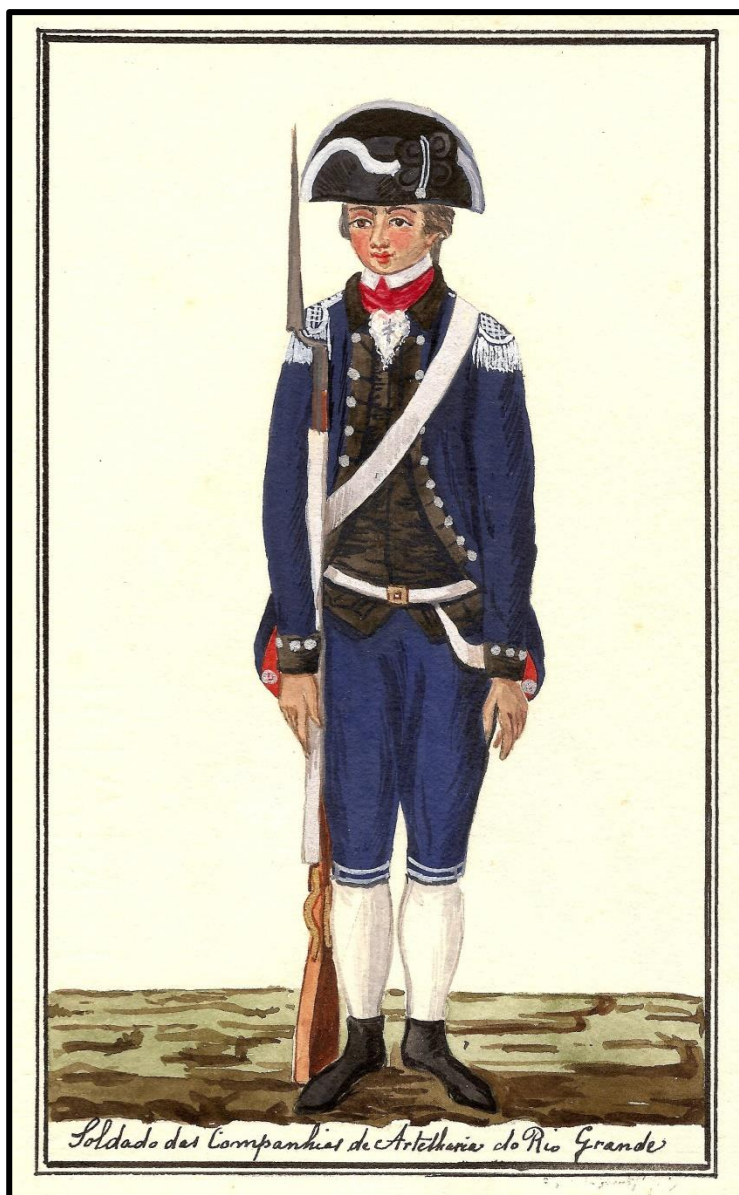
A partir dessa perspectiva de empreender-se a encenação como uma atividade turística complementar, se poderia trabalhar com a ideia de uma atividade singela, sem grandes arroubos ou luxos, mas bem concebida, calcada no esmero e na organização e na ampla participação da comunidade. A reconstrução dos figurinos poderia se embasar em alguns registros iconográficos existentes que dão ao menos uma perspectiva da indumentária de então, como no caso dos uniformes militares⁴¹ (observar as gravuras abaixo). O caráter complementar e as atuais tendências da vida social de uma pressa constante de parte das pessoas indicam que o melhor caminho não seriam longas encenações e sim breves esquetes. As representações

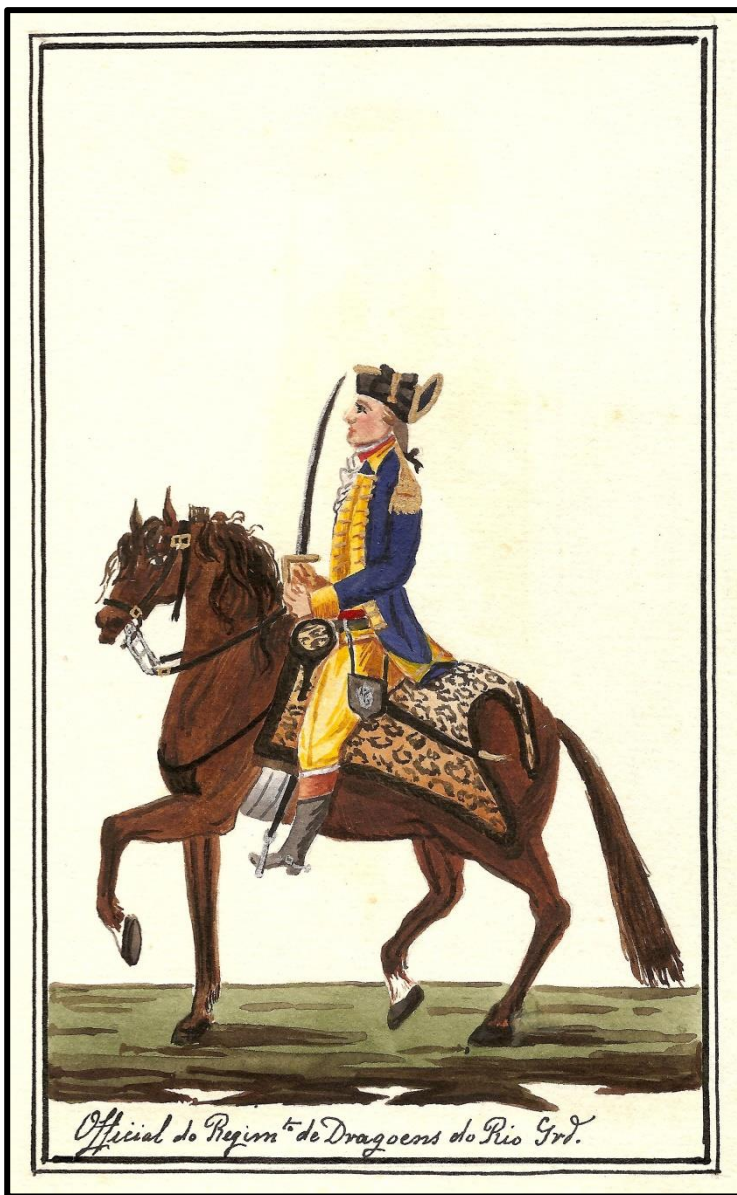
⁴⁰ DIAS. p. 54 e 211.

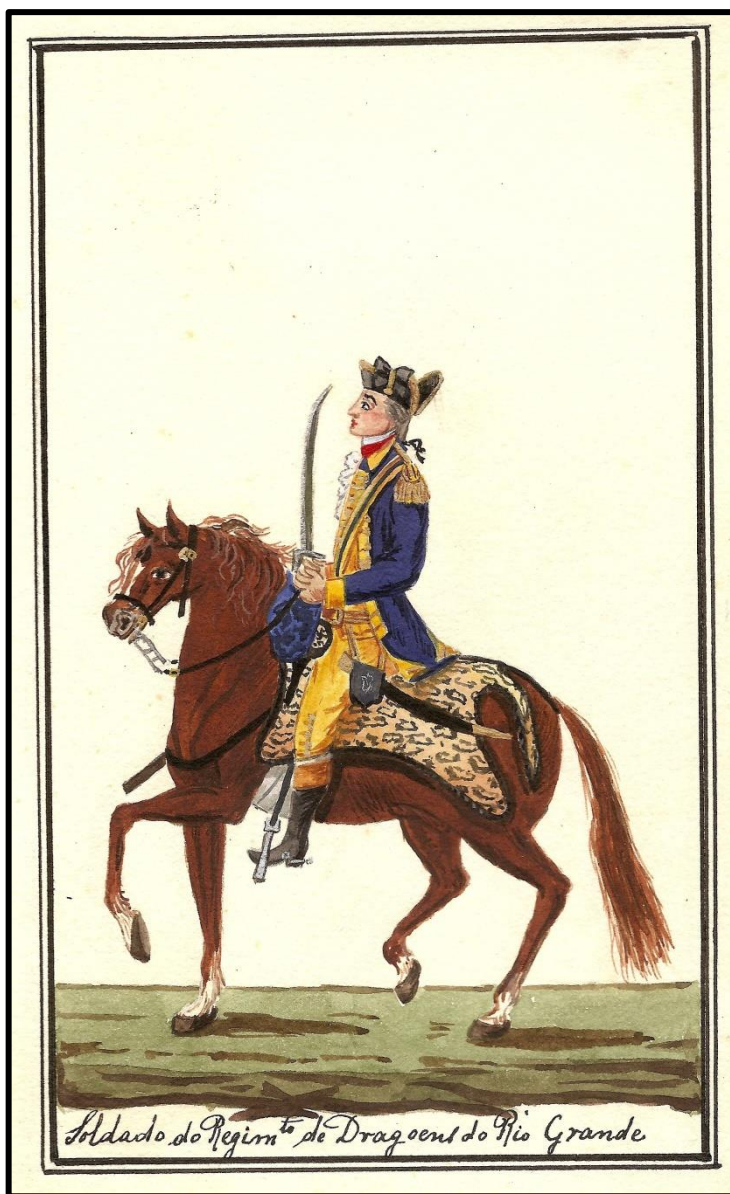
⁴¹ RANGEL, José Correia. *Defesa da Ilha de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro*. 1786.

poderiam ser concatenadas por atores e/ou pessoas comuns, membros da própria comunidade imbuídos da noção de difusão da identidade cultural.









Quanto aos cenários, os originais seriam inviáveis, tendo em vista as constantes reconfigurações pelas quais passou a cidade, mas poderia dar-se à rua, no centro histórico, ou à beira do cais, ou ainda em ambientes fechados, alguns, inclusive, com certa proximidade cronológica em relação ao evento, caso da Catedral de São Pedro, ou outros prédios históricos, bem como em tendas armadas, como se faz no cais do porto, ou mesmo nos antigos armazéns portuários, muitos deles atualmente revitalizados com fins culturais. Poderia dar-se algo próximo à atividade realizada na localidade de Tordesilhas, onde periodicamente há uma encenação acerca do evento histórico da assinatura do famoso tratado que ficou conhecido pelo nome do lugar. O grande segredo da reconstituição seria trilhar os caminhos da simplicidade, mas lançando mão em larga escala da criatividade e da imaginação como formas de levar em frente o intento do resgate histórico-cultural, de forma que tanto se atenda as demandas daqueles que buscam o objeto cultural como meta para a atividade turística, quanto os desejos da comunidade que está a recepcionar os visitantes.

Assim, deve-se levar em conta que, na encenação do tradicional para o turista, ou seja, na teatralização do tradicional, há necessidade de maior preparação técnica dos envolvidos, onde muitas vezes o palco torna-se um espaço de ação formal, não espontânea, e a recriação passa a levar em conta não somente as necessidades da comunidade, de preservação das tradições e de reforço da identidade, mas também as necessidades dos espectadores, os quais, de modo geral, dão importância aos aspectos técnicos relacionados com o desempenho dos integrantes. Sem dúvidas a solução para tal questão

fica na busca de um meio termo que tanto sirva para valorizar a identidade cultural, quanto, através, dessa, satisfazer as expectativas dos visitantes, em uma constante interação entre presente – pretérito e turista – habitante local. Tal perspectiva advém da ideia pela qual, a manifestação popular autêntica não é aquela *engessada* a um determinado tempo histórico. O fato cultural autêntico sofre mutações em função das novas realidades vividas pela comunidade e, embora possa ter como referência o passado, articula-se com o presente e cumpre novas funções sociais⁴². E é nesse sentido que a Revolta dos Dragões, recriada, repensada e metabolizada para as populações contemporâneas poderá constituir um importante manancial de atração turística, associada de modo indelével ao resgate da memória social em torno desse evento muitas vezes esquecido no passado dos sul-rio-grandenses⁴³.

⁴² DIAS. p. 60.

⁴³ Texto publicado originalmente em: *Turismo, fronteira & cultura*. Santa Vitória do Palmar: FURG, 2011. p. 27-54.

A Rota Turística dos Campos Neutrais: subsídios históricos

A fronteira extremo-meridional brasileira constitui verdadeiro ponto de inflexão na formação territorial da América Meridional. Ali, desde o século XVII e mormente na centúria seguinte, houve uma disputa intrincada pela posse territorial entre lusos e hispânicos, estendendo-se tais embates aos séculos seguintes, mas após a formação e consolidação dos Estados Nacionais na região. Formou-se então uma verdadeira fronteira móvel, que se alterava de acordo com as contingências/ conjunturas político-diplomáticas de cada época. Essa fronteira acabaria por transformar-se não necessariamente em uma barreira entre os povos, mas sim em um ponto de passagem, de interfaces e diversificados contatos. Transmigravam ali mutuamente, além de mercadorias, homens e ideias, estabelecendo-se uma cultura de fronteira, marcada desde rivalidades até laços de amizade enraizados.

Tais identidades culturais de parte a parte acabariam por tornar-se terreno fértil às potencialidades da prática do turismo, buscando-se, nos últimos anos, estabelecer uma rota turística na região. A Rota Turística dos Campos Neutrais surgiria assim de acordo com a premissa pela qual a fronteira demarca as diferenças e o turismo vende como produto o “estranho”. Nesse sentido, a variedade de roteiros se adequam à variedade

de “paladares” turísticos, de modo que a formulação de uma tipologia do turista permite que a atividade ofereça um leque variado de estímulos. Dessa forma, o determinante é a natureza das fronteiras, em um quadro em que a cultura, a geografia, a língua, a arquitetura, a história e tradição são alguns exemplos destes elementos demarcatórios capazes de fixar o limite e promover o desejo de exploração⁴⁴.

Deve-se levar em conta que o turismo apresenta algumas ideias-força que estão diretamente relacionadas com o ideário geral da sociedade, entre as quais: desejo de fuga do cotidiano, de conhecer novos povos, novos lugares, volta à natureza, desligamento das convenções e do controle sociais. Tais ideários, que se constituem em ideias-força, contribuem para a formação de imaginários turísticos que motivam o turista a viajar⁴⁵. Nessa linha, a experiência turística, mesmo que permeada de informações prévias, é única e é surpreendentemente construída na viagem, na qual o turista não deve abrir mão dessa surpresa, mas o planejador do turismo deve projetar a sua possibilidade com cuidado⁴⁶.

De acordo com tal perspectiva, a rota turística tem de ser construída culturalmente e deve-se dar a ela significados históricos e preservar-lhe a memória. Ainda torna-se necessário propiciar ao turista informações e

⁴⁴ WAINBERG, Jacques A. *Turismo e comunicação: a indústria da diferença*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 15.

⁴⁵ DIAS, Reinaldo. *Turismo e patrimônio cultural – recursos que acompanham o crescimento das cidades*. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 12-13.

⁴⁶ MENESES, José Newton Coelho. *História & turismo cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 105.

estrutura para que seja possível a experiência turística, de modo que ele tenha um acentuado apreço ao ambiente natural, à vida material e aos costumes de homens e mulheres que vivem nesse espaço⁴⁷. No caso da Rota Turística dos Campos Neutrais tais condições estão plenamente presentes, em um espaço onde turismo, história e cultura interagem intrinsecamente. O próprio nome escolhido para designar a rota – Campos Neutrais – tem uma forte raiz histórica, estando intimamente vinculado ao processo de formação territorial da região. Nesse sentido, o destaque a alguns subsídios históricos no que tange à edificação dessa fronteira sulina, desde o século XVII até os primórdios do XIX, podem servir a uma melhor compreensão ou, ao menos, a uma sistematização de informações sobre tal processo, visando assim contribuir para a implementação da citada rota turística.

Subsídios históricos

No processo de formação político-territorial brasileiro, a extrema fronteira meridional foi uma daquelas que envolveu uma das mais intrincadas conjunturas de acertos e desacertos entre as partes litigantes. No período colonial, Portugal e Espanha digladiaram-se mutuamente, no campo diplomático e militar, em busca de estabelecer os respectivos limites que viessem a definir a posse colonial naquela disputada região. Nos primórdios da colonização da América luso-

⁴⁷ MENESES. p. 105.

hispânica, o Tratado de Tordesilhas, em seu meridiano imaginário, estabelecia que as possessões portuguesas ficariam limitadas às terras a leste de uma linha que, traçada no atual território brasileiro, teria como seus pontos extremos, aproximadamente, as cidades de Belém, ao norte e Laguna, ao sul. As determinações de Tordesilhas acabariam por não ser implementadas na prática, tendo em vista as amplas dificuldades para determinar-se a localização exata de sua linha imaginária. Além disto, a partir da União Ibérica e, portanto, da unificação dinástica entre as Coroas hispânica e lusa, as fronteiras na América Meridional foram relegadas a um segundo plano.

Nessa conjuntura, a colonização lusitana ultrapassou gradativamente os limites estabelecidos a partir de Tordesilhas, passando a ocupar um território que, no futuro, viria a legitimar como de sua propriedade. Com o final do “domínio espanhol”, retornando um soberano português ao trono luso, através do movimento da Restauração e da ascensão da Dinastia de Bragança, após as complexas relações estabelecidas em busca do reconhecimento desta independência, renasceriam também as disputas luso-hispânicas quanto a seus territórios coloniais.

Em janeiro de 1680, inaugurava-se um dos planos que se tornaria uma “marca registrada” da Dinastia de Bragança, ou seja, levar as fronteiras de suas possessões na América do Sul até o extremamente rendoso estuário platino. Esse projeto bragantino que se estenderia desde o século XVII até o XIX, visava garantir para Portugal o controle ou a influência sobre dois dos grandes “braços” hidrográficos que envolviam as terras sul-americanas, ou seja, a Bacia Amazônica e a Bacia Platina. Fundada por

Manuel Lobo, a Nova Colônia do Santíssimo Sacramento representava a gênese deste projeto, sendo estabelecida próxima a Buenos Aires, em território que a Espanha já considerava como de sua absoluta e legítima posse.

As autoridades hispano-americanas jamais aceitaram aquele enclave representado pela Colônia do Sacramento, pois, apesar dos representantes lusos intentarem garantir que o único objetivo daquela seria o de buscar formar povoações e fortificações para garantir seus possíveis domínios na região, na verdade, a Colônia se transformou em ativo entreposto de comércio ilícito com a zona de colonização espanhola, introduzindo-se ali mercadorias trazidas do Velho Mundo, bem como escoando parte da produção de metais preciosos das colônias hispânicas. Ficavam, assim, fortemente ameaçados os ditames do pacto colonial, ainda mais que a Grã-Bretanha – que inaugurava uma ascensão sobre Portugal a qual, com o passar do tempo, se tornaria cada vez mais incisiva – representou uma das nações que mais se aproveitou daquele comércio clandestino. A Colônia do Sacramento, neste quadro, iria se tornar o “pomo da discórdia” entre as frentes de colonização espanhola e portuguesa no extremo-sul da América do Sul.

A Colônia do Sacramento tornou-se, assim, constante alvo de ameaças, cercos, invasões e destruições e, após os acordos estabelecidos na Europa, de reconstruções e reocupações até que uma nova invasão recomencesse o ciclo. Nesse sentido, desde a guerra declarada até a menor crise ocorrida entre Portugal e Espanha, a consequência praticamente imediata na América do Sul era o confronto bélico entre as respectivas frentes de colonização, constituindo-se a

Colônia na primeira povoação a estar sobre a mira dos hispano-americanos.

O primeiro ataque à Colônia do Sacramento ocorreu já em agosto de 1680, sendo cercada, invadida e saqueada pelos espanhóis. Em maio de 1681, o Tratado Provisório, assinado em Lisboa, definia a restituição da Colônia para os portugueses. O Tratado Provisional de 7 de maio de 1681⁴⁸ determinava a devolução da Colônia e todas as armas, artilharia, munições, ferramentas e demais apetrechos de guerra que foram apreendidos na Fortaleza e Colônia do Sacramento, restituindo-os inteiramente às autoridades lusitanas. Ficava também estabelecido que os habitantes portugueses da Colônia que haviam evadido, deveriam retornar a mesma, ficando vedada a sua permanência e/ou fixação em outras localidades da região. Além disso, Portugal não poderia aumentar o número de pessoas, nem de armas, munições ou outros apetrechos de guerra naquela localidade e, nem mesmo, enviar mercadorias de nenhum gênero enquanto durasse a controvérsia quanto à posse do território.

A preocupação espanhola com as questões que envolviam a geopolítica da região também se manifestaram no Tratado Provisional de 1681, ficando os portugueses que residissem no sítio da Colônia impedidos de molestar, solicitar, tratar e comerciar com os índios das Reduções. Ainda era determinado que, para que ficasse extirpada qualquer causa ou motivo de

⁴⁸ Todas as citações referentes ao tratado foram extraídas de: Transcrições e documentos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IHGB, 1986. ano 147, n. 352. p. 914-28.

pouca satisfação entre as duas Coroas, o soberano português mandaria averiguar os excessos cometidos pelos moradores de São Paulo na terras e domínios espanhóis, e lhes castigaria severamente, fazendo-os refluir e pondo em liberdade os índios, gados, mulas e demais coisas que houvessem apresado; além de proibir que dali em diante fossem executadas semelhantes hostilidades em prejuízo da boa paz e amizade entre os dois Reinos.

Ainda em relação aquela região, o Tratado de 1681 garantia que os habitantes de Buenos Aires gozariam do uso e aproveitamento do mesmo sítio, seus gados, madeira, caça e pesca, conforme faziam antes de fazer-se aquela povoação lusa, sem qualquer impedimento de parte dos portugueses. Na mesma linha, os hispano-americanos continuariam a utilizar o porto, a enseada e fariam tudo aquilo que faziam, na costa e na campanha, antes de que aquela povoação fosse fundada, sem limitação alguma e sem que fosse necessário o consentimento, nem a licença de outra qualquer pessoa de nenhuma qualidade, pois assim haviam acordado ambos os Príncipes.

A preocupação de parte a parte – porém, de modo evidente pelas circunstâncias de então, mais marcadamente por inspiração dos hispano-americanos –, com a manutenção das determinações do pacto colonial também se fazia presente no Tratado Provisional de 1681, ficando estabelecido que as proibições de comércio por mar e por terra, assim dos castelhanos no Brasil, como dos portugueses em Buenos Aires, Peru e demais partes das Índias Ocidentais permaneceriam em sua inteira força e vigor, e aos transgressores seriam

executadas as penas estabelecidas pelas leis de um e outro Reino irreversivelmente.

Apesar dessas determinações do Tratado de Lisboa de 1681, permaneceram as enormes e irremediáveis discórdias entre luso-brasileiros e hispano-americanos por causa da Colônia do Sacramento, e, por ocasião da Guerra da Sucessão Espanhola, conflito europeu que colocava Portugal e Espanha em posições opostas, ocorreria novo ataque à Colônia, entre 1704 e 1705. Após cinco meses de resistência, a superioridade de forças dos espanhóis levou os lusitanos a abandonar a povoação que permaneceu sob domínio espanhol até 1715, quando seria restituída aos portugueses de acordo com o Tratado de Utrecht.

O Tratado de Paz celebrado em Utrecht a 6 de fevereiro de 1715⁴⁹ tinha por objetivo garantir que haveria uma paz sólida e perpétua, com verdadeira e sincera amizade entre os soberanos português e espanhol, seus descendentes, sucessores e herdeiros, todos os seus Estados e vassalos; em uma pacificação que deveria ser firme e observada, inviolavelmente, assim por terra, como por mar, sem permitir que uma ou outra nação cometesse alguma hostilidade em qualquer lugar e por qualquer pretexto. Em consequência desta paz ficariam no esquecimento todas as hostilidades que se havia cometido até aquele momento, de sorte que nenhum dos vassalos das duas Coroas teria o direito de requerer a satisfação de danos padecidos, ou por via da

⁴⁹ Todas as citações referentes ao tratado foram extraídas de: Transcrições e documentos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IHGB, 1986. ano 147, n. 352. p.929-47.

justiça, ou por outro qualquer caminho, nem poderiam alegar reciprocamente as perdas que experimentaram na presente guerra, esquecendo-se de todo o passado, como se não tivesse havido nenhuma interrupção na amizade que então se restabelecia.

Esse tratado de 1715 previa que, com a pacificação, se faria também a anistia para todas as pessoas, para oficiais e soldados, a não ser aqueles que tivessem tomado partido ou prestado serviços a outro Príncipe que não os soberanos português e espanhol. Neste sentido, todos os prisioneiros e reféns de uma e outra parte seriam restituídos prontamente e postos em liberdade sem exceção, e sem que se pedisse coisa alguma pela sua troca, ou despesas que se tivesse feito, contanto que satisfizessem as dívidas particulares que houvessem contraído. O Tratado também estipulava que as praças, castelos, cidades, lugares, territórios e campos pertencentes às duas Coroas, assim na Europa, como em qualquer outra parte do mundo, seriam restituídas inteiramente, sem reservas; de maneira que as raías e limites das duas Monarquias ficariam no mesmo estado que antes da guerra.

Quanto à fronteira extremo-sul da América do Sul, o Tratado de Utrecht especificava que o soberano espanhol não só restituiria à Portugal o Território e a Colônia do Sacramento, situada na margem setentrional do Rio da Prata, como também cederia, assim em seu nome, como de todos os seus descendentes, sucessores e herdeiros, toda a ação e direito que viesse a pretender ter no dito Território e Colônia, fazendo a desistência pelos termos mais fortes e mais autênticos. A devolução da povoação lusa era apresentada no tratado como uma decisão definitiva, absoluta e irrevogável, afirmando-se

que a posseção sobre Sacramento era garantida à Portugal, como todos os direitos de soberania, poder absoluto e inteiro domínio, sem que a Espanha pudesse jamais perturbar a dita posse.

Mais uma vez, ficava manifesta a intenção espanhola de, apesar de ceder a Colônia do Sacramento, não abrir mão, de modo algum, de manter as regras do pacto colonial naquela região, ficando explícito no Tratado de Utrecht que o soberano português se obrigava a não consentir que nação alguma da Europa, que não fosse a portuguesa, pudesse estabelecer, ou comerciar na dita Colônia, direta ou indiretamente, por qualquer pretexto que fosse; e muito menos dar mão e ajuda a qualquer nação estrangeira, de modo que a mesma viesse a introduzir comércio algum nos domínios que pertenciam à Coroa da Espanha, ficando o mesmo também proibido aos vassalos do Rei Portugueses.

Ainda que determinasse a restituição da Colônia do Sacramento para Portugal, o Tratado de Utrecht de 1715 deixava em aberto a possibilidade de uma futura negociação entre as duas Coroas. Neste sentido, era destacado, que apesar da cedência do Território e da Colônia do Sacramento aos portugueses, contudo poderia o soberano espanhol oferecer um equivalente pela dita Colônia, o qual fosse da satisfação e agrado de Portugal. Sendo aprovado o dito equivalente, ficaria Sacramento sob o domínio dos espanhóis, como se não houvesse sido restituído e cedido, porém, em caso de não aceitação, ficaria Portugal possuindo o referido Território e Colônia. Era o germen de uma política de compensações que não se efetivaria naquele momento, mas que seria a pedra de toque do futuro Tratado de Madri.

Apesar de todas as boas intenções expressas no Tratado de Utrecht de 1715, em torno de garantir uma paz “perpétua”, os desacertos de interesses na porção meridional das possessões luso-hispânicas da América do Sul persistiam como um problema sem solução. Aquela fronteira tornava-se um foco de constantes crises e, em 1735, tendo em vista uma pouco expressiva querela diplomática ocorrida entre Portugal e Espanha, os hispano-americanos voltavam a atacar a Colônia do Sacramento, em um cerco que durou vinte e três meses. Nesse contexto, foi dado um fundamental passo para a ocupação lusitana do atual território sul-rio-grandense, com a fundação, em fevereiro de 1737, do Presídio Jesus-Maria-José, de onde se originaria a Povoação do Rio Grande de São Pedro, núcleo que demarcaria a origem da apropriação portuguesa sobre aquelas terras meridionais e gênese da legitimação do Rio Grande do Sul como um território lusitano. Nesse sentido, a fundação daquele povoado teria um significado essencial na futura configuração territorial brasileira, estando a criação desta localidade em plena sintonia com a conjuntura platina de então e o forte interesse português nessa região, servindo o Rio Grande, inicialmente, como uma ponta de lança militar-estratégica que viesse a possibilitar um apoio mais próximo e decisivo à Colônia do Sacramento.

As controvérsias quanto ao estabelecimento dos limites nas fronteiras extremo-meridionais das colônias luso-espanholas na América do Sul persistiam. A partir da década de quarenta, uma nova relação dinástica permitiu que a diplomacia entre Portugal e Espanha viesse a marchar em direção a alguma medida conciliatória em relação àquela complicada questão;

estes entendimentos levariam à assinatura do Tratado de Madri. Este acordo celebrado em 1750 caracterizava-se basicamente pelo espírito das compensações territoriais e, no que se refere aquelas fronteiras, determinava que a Colônia do Sacramento ficaria para a Espanha, recebendo Portugal os Sete Povos das Missões, região no oeste do atual território gaúcho, ocupada por reduções jesuíticas espanholas.

O Tratado de Madri, no entanto, não se limitava a promover uma “troca” da Colônia do Sacramento pelos Sete Povos das Missões. Revelando um amplo conhecimento da geopolítica da região de parte de seus idealizadores, este acordo buscava por fim a uma questão sem outras soluções, ou seja, os espanhóis jamais aceitariam, como não vinham aceitando, a presença lusitana no estuário do Rio da Prata, tendo em vista as amplas possibilidades que se abria para a prática do comércio ilícito, francamente prejudicial ao pacto colonial. A compensação portuguesa, no entanto, não se limitava apenas aos Sete Povos, uma vez que, ao reconhecer o *uti possidetis*, ou seja a posse a quem efetivamente ocupa e povoa os territórios, o Tratado de Madri garantia à Portugal as vastas regiões pelas quais os luso-brasileiros avançaram em relação ao Tratado de Tordesilhas – uma imensidão de terras que compreendia parte do nordeste, do norte e o centro-oeste brasileiro, incluindo-se aí as regiões da Bacia Amazônica e aquelas onde a mineração florescia.

O Tratado de Limites das Conquistas, assinado em Madri a 13 de janeiro de 1750⁵⁰ teve em seus

⁵⁰ Todas as citações referentes ao tratado foram extraídas de: Transcrições e documentos. *Revista do Instituto Histórico e*

promotores a intenção de estabelecer a palavra final nas controvérsias que cercavam os limites coloniais. Afirmava-se que, dali em diante, aquele seria o único fundamento e regra que se deveria seguir para a divisão dos dois domínios em toda a América e na Ásia, ficando abolidos quaisquer direito e ação que pudessem alegar as duas Coroas por motivo dos acordos anteriores. Desse modo, previa-se que, para o futuro, as decisões pretéritas a 1750 estavam sem valor e efeito, fazendo-se valer apenas a fronteira que se prescrevia nos artigos daquele tratado, como regra invariável e muito menos sujeita a controvérsias.

O Tratado de Madri detalhava em seus artigos, minuciosamente, os pontos que demarcavam os limites entre a América Portuguesa e a Hispânica, inclusive no que se refere à fronteira extremo-sul brasileira⁵¹. Neste

Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: IHGB, 1986. ano 147, n. 352. p. 806-55.

⁵¹ O Artigo IV do Tratado de Madri determinava: Os confins do Domínio das duas Monarquias, principiarão na Barra, que forma na costa do Mar o Regato, que sai ao pé do Monte de Castilhos Grande, de cuja falda continuará a Fronteira, buscando em linha reta o mais alto, ou cumes dos Montes, cujas vertentes descem por uma parte para a Costa, que corre ao Norte do dito Regato, ou para a Lagoa Mirim, ou *del Meni*; e pela outra para a Costa, que corre do dito Regato ao Sul, ou para o Rio da Prata. De sorte que os Cumes dos Montes sirvam de Rava do Domínio das duas Coroas; e assim continuará a Fronteira até encontrar a origem principal, e cabeceiras do rio Negro; e por cima delas continuará até à origem principal do rio Ibicuí, prosseguindo pelo álveo deste rio abaixo, até onde desemboca na margem Oriental do Uruguai; ficando de Portugal todas as vertentes, que baixam à

caso, a Colônia do Sacramento ficava garantida para a Espanha, bem como todo o território adjacente a ela, na margem setentrional do Rio da Prata, e as praças, portos e estabelecimentos que se compreendiam na mesma paragem; e ainda a navegação do mesmo Rio da Prata, a qual pertenceria inteiramente aos espanhóis; renunciando totalmente às mesmas o soberano luso.

Pelo tratado, ficava o monarca espanhol – e seus herdeiros e sucessores – comprometido a ceder para sempre à Coroa de Portugal tudo o que por parte da Espanha se achava ocupado, ou por qualquer título ou direito pudesse pertencer-lhe em qualquer parte das terras compreendidas desde o Monte de Castilhos Grande e sua falda meridional, e a costa de mar até a cabeceira e origem principal do Rio Ibicuí; além de ceder todas e quaisquer povoações e estabelecimentos que se tenham feito por parte da Espanha no ângulo de terras compreendido entre a margem setentrional do Rio Ibicuí e a oriental do Uruguai. A partir daí ficavam estabelecidos os diversos marcos geográficos que definiam a linha fronteiriça entre o que era português e hispânico, até os limites setentrionais brasileiros, na região amazônica.

A respeito da Colônia do Sacramento, o Tratado de Madri determinava que a mesma seria entregue por parte de Portugal, sem tirar dela mais que a artilharia, armas, pólvora, munições e embarcações do serviço da mesma praça. Os moradores da Colônia poderiam ficar livremente nela, ou retirar-se para outras terras de domínio português, com os seus efeitos e móveis,

dita Lagoa, ou ao Rio Grande de São Pedro; e da Espanha, as que baixam aos rios que vão unir-se com o da Prata.

vendendo os bens de raiz. No que tange à região dos Sete Povos das Missões, ficava estabelecido que das povoações ou aldeias na margem oriental do Rio Uruguai, saíam os missionários com todos os móveis e efeitos, levando consigo os índios para os aldear em outras terras da Espanha; podendo levar também, os referidos índios, todos os seus bens móveis e semoventes, bem como as armas, pólvora e munições que tivessem. À Coroa Portuguesa deveriam ser entregues as povoações com todas as suas casas, igrejas e edifícios, bem como a propriedade e a posse do terreno.

O Tratado de Limites de 1750 trazia firmes determinações quanto ao respeito às fronteiras, estipulando que nenhuma pessoa poderia passar do território de uma nação para a outra, por terra nem por água, nem navegar em todo ou parte dos rios que não fossem privativos da sua nação, ou comuns, com pretexto, nem motivo algum, sem tirar primeiro licença das autoridades competentes; os transgressores seriam processados e penalizados com a prisão. Ainda no sentido de tirar toda a ocasião de discórdia, ficava determinado que não seria lícito, nos rios cuja navegação fosse comum, nem nas suas margens, levantar gênero algum de fortificação, nem por embarcação, nem plantar artilharia, ou por outro qualquer modo estabelecer força que pudesse impedir a livre e comum navegação.

Também no Tratado de Madri ficava expressa a vontade luso-hispânica de, ao máximo, manter intocável o pacto colonial, declarando-se que nenhuma das duas nações admitiria nos seus portos e terras da América Meridional, navios ou comerciantes, amigos ou neutrais, sabendo que tinham o intento de introduzir o seu comércio nas terras da outra, e de quebrantar as leis com

que os dois monarcas governavam aqueles domínios. Para a pronta observância desta determinação deveriam ambas as Cortes realizar os mais eficazes encargos aos seus respectivos Governadores, Comandantes e Justiças e, mesmo que ocorresse algum incidente ou descuido contra o prometido e estipulado, não serviria isto de prejuízo à observância perpétua e inviolável de tudo o mais que ficava regulado pelo Tratado.

A conciliação como espírito orientador do acordo de 1750 ficava declarada na determinação de ajuda mútua estabelecida em um dos artigos, segundo o qual, para mais plena segurança do Tratado, convinham os dois Altos Contratantes em garantir reciprocamente toda a fronteira e adjacências dos seus domínios na América Meridional, obrigando-se cada um a auxiliar e socorrer o outro contra qualquer ataque ou invasão, até que, com efeito, ficasse na pacífica posse e uso livre e inteiro do que se pretendesse usurpar. Ficavam definidas as regiões onde esta reciprocidade defensiva deveria prevalecer, mas, no que se referia ao interior da América do Sul, seria indefinida esta obrigação; e, em qualquer caso de invasão, ou sublevação, cada uma das Coroas ajudaria e socorreria a outra até que se repusessem as coisas em estado pacífico. A união de luso-brasileiros e hispano-americanos para enfrentar os indígenas na Guerra Guaranítica seria a efetivação prática desta determinação.

Assim, através do Tratado de Madri, buscava-se a solução definitiva para os problemas de fronteira na América do Sul e, objetivando-se evitar novos conflitos neste continente, prevenia-se que, sendo a guerra ocasião principal dos abusos e motivo de se alterarem as regras mais bem concertadas, em caso de rompimento

da paz entre as duas Coroas, deveriam se manter os seus respectivos vassallos, estabelecidos em toda a América Meridional, vivendo uns e outros, como se não houvesse guerra entre os soberanos, sem fazer a menor hostilidade, nem por si sós, nem junto com seus aliados. Nesta linha, pretendia-se que o Tratado fosse, com todas as suas cláusulas e determinações, de perpétuo vigor entre as duas Coroas, de tal sorte que, ainda em caso de guerra, ficaria firme e invariável durante a mesma, e depois dela, nunca se poderia refutá-lo como interrompido, nem sendo necessário revalidá-lo.

As esperanças de longevidade quanto às determinações do Tratado de Madri logo desvaneceriam. A Guerra Guaranítica, advinda da revolta dos índios que se negaram a deixar suas povoações em território que passaria a ser de posse portuguesa; os desacertos entre os demarcadores das fronteiras; a conscientização dos hispânicos de que não estariam abrindo mão de simples aldeamentos indígenas e sim de povoados de razoável estruturação urbana; e a continuidade dos interesses lusitanos em manter um domínio estrategicamente colocado em relação ao Rio da Prata foram alguns dos fatores que levaram a não efetivação daquele tratado de 1750. As determinações de Madri acabariam sendo anuladas a partir do Tratado de El Pardo, assinado a 12 de fevereiro de 1761⁵². Segundo este acordo o Tratado de Limites da Ásia e da América celebrado em Madri, em janeiro de 1750, como todos os outros tratados ou convenções que em consequência dele se foram

⁵² Todas as citações referentes ao tratado foram extraídas de: SOARES, José Carlos de Macedo. *Fronteiras do Brasil no regime colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939. p. 158-61.

celebrando depois para regular as instruções dos respectivos comissários, que até então haviam sido empregadas nas demarcações dos referidos limites e tudo o que em virtude delas foi autuado, se estipulava que ficavam cancelados, cassados e anulados, como se nunca houvessem existido, nem houvessem sido executados.

Cessadas as determinações e o espírito “conciliatórios” de Madri, os desentendimentos persistiram reinantes entre as populações das possessões espanholas e portuguesas na América do Sul. Uma nova mudança dinástica quebraria a tendência de cordialidade entre as duas Coroas que passariam a uma crescente hostilidade, colocando-se mais uma vez os interesses das nações ibéricas em posições diametralmente opostas, mormente no que tange às fronteiras extremo-meridionais do continente americano. A Guerra dos Sete Anos completaria este quadro de rivalidades, uma vez que, neste conflito, a Espanha aliou-se à França, em oposição à Inglaterra, antiga tutora de Portugal, com a qual esta jamais romperia uma aliança.

Mais uma vez um conflito europeu traria graves consequências para as colônias luso-espanholas da América, sendo atacada pela quarta vez a Colônia do Sacramento, então sob posse lusitana, e, após vinte e dois dias de combate, os hispano-americanos de Buenos Aires conquistavam a Colônia, em outubro de 1862. Apesar dos acordos preliminares que dariam fim ao conflito na Europa, sendo assinada a paz, em fevereiro de 1763, e, por conseguinte, garantindo-se a restituição das terras invadidas, na América do Sul, as tropas hispano-americanas continuaram avançando sobre o

território luso, ocupando os fortes de Santa Teresa e São Miguel, a povoação do Rio Grande de São Pedro e parte da margem esquerda do sangradouro da Lagoa dos Patos. Tendo em vista as determinações de devolução territorial, as autoridades hispano-americanas só restituíram a Colônia do Sacramento e negaram a restituição da povoação do Rio Grande que permaneceria sob o domínio espanhol de 1763 a 1776. Os luso-brasileiros só viriam a reintegrar o Rio Grande às posses portuguesas através da ação militar, em abril de 1776. A reconquista do Rio Grande, serviu como pretexto para mais um protesto das autoridades espanholas na América que, uma outra vez, em 1777, partiram para retaliações e conquistas territoriais, invadindo Santa Catarina, Mato Grosso e, pela quinta vez, a Colônia do Sacramento, desta vez completamente destruída.

A situação era francamente desfavorável para Portugal, que vivia problemas de política interna, com as mudanças promovidas a partir da “viradeira”, com o afastamento do Marquês de Pombal e a ascensão de D. Maria; e externa, desfavorecida por uma falta de apoio mais decisivo e incisivo de sua tutora Grã-Bretanha, naquele momento mais preocupada com a independência de suas colônias na América do Norte. Foi nesse contexto amplamente negativo para suas pretensões que Portugal acabou assinando com a Espanha o Tratado de Santo Ildefonso, em outubro de 1777⁵³. De acordo com essa convenção, a Espanha,

⁵³ Todas as citações referentes ao tratado foram extraídas de: SOARES, José Carlos de Macedo. *Fronteiras do Brasil no regime colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939. p. 172-4.

aproveitando-se do momento desfavorável que vivia Portugal, conseguiu garantir para si a posse tanto da Colônia do Sacramento, quanto a manutenção da região dos Sete Povos das Missões, restituindo à Coroa Lusa apenas Santa Catarina, conquistada militarmente, mas uma zona de histórica e tradicional ocupação lusitana. A nova conjuntura internacional gerara a negação completa e absoluta do espírito “conciliatório” e de compensações reinante à época do Tratado de Madri.

Os ditames do Tratado de Santo Ildefonso propunham que a partir do mesmo haveria paz perpétua e constante, assim por mar, como por terra, em qualquer parte do mundo, entre as duas nações portuguesa e espanhola, com esquecimento total do passado e de quanto houverem obrado as duas em ofensa recíproca. Com esse fim, ratificavam-se os acordos de 1668, de 1715 e de 1763, como se estivessem inseridos naquele de 1777, palavra por palavra, em tudo aquilo que expressamente não se anulasse pelos artigos do Tratado de Santo Ildefonso, ou pelo que se houvesse de seguir para a sua execução.

Afirmava-se no Tratado de 1777 que – como um dos principais motivos das discórdias ocorridas entre as duas Coroas vinha sendo o estabelecimento português da Colônia do Sacramento, Ilha de S. Gabriel e outros portos e territórios que pretendia aquela nação na margem setentrional do Rio da Prata, fazendo comum com os espanhóis a navegação deste e ainda a do Uruguai – convinham os dois Altos Contratantes, pelo bem recíproco de ambas as nações e para assegurar uma paz perpétua entre as duas, que a dita navegação dos Rios da Prata e Uruguai, e os terrenos das duas margens setentrional e meridional pertenceriam privativamente à

Coroa da Espanha e a seus súditos, até o lugar onde desemboca no mesmo Uruguai pela margem ocidental o Rio Pequiri ou Pepiri-guaçú, estendendo-se o domínio da Espanha na referida margem setentrional até à linha divisória, que se formaria principiando pela parte do mar no Arroio de Chuí e Forte de S. Miguel, inclusive e seguindo as margens da Lagoa Mirim a tomar as cabeceiras ou vertentes do Rio Negro.

Ainda quanto à fronteira meridional do Brasil, o Tratado de Santo Ildefonso definia que todas as margens dos rios que desembocavam nos da Prata e Uruguai, até à entrada neste último Uruguai do dito Pepiri-guaçú, ficariam privativas da Coroa da Espanha, com todos os territórios que possuía e que compreendiam aqueles países, inclusa a referida Colônia do Sacramento e seu território, a Ilha de S. Gabriel e os demais estabelecimentos que até então tinham possuído ou pretendido possuir a Coroa de Portugal até a linha que se formaria. Nesse sentido, o soberano português garantia, em seu nome e de seus sucessores e herdeiros, que renunciava e cedia ao monarca espanhol, seus herdeiros e sucessores, qualquer ação e direito ou posse que lhe tivessem pertencido pelas determinações do Tratado de Utrecht de 1715.

Tendo em vista evitar outro motivo de discórdias entre as duas Monarquias – representado pela entrada da Lagoa dos Patos ou Rio Grande de São Pedro, seguindo depois suas vertentes até o Rio Jacuí, cujas duas margens e navegação tinham a pretensão de posse de ambas as Coroas – convinham pelo Tratado de Santo Ildefonso que a dita navegação e entrada ficassem privativamente para Portugal, estendendo-se o seu domínio pela margem meridional até o Arroio Taim,

seguindo pelas margens da Lagoa Mangueira em linha reta até o mar. O Tratado também determinava as posses portuguesas em direção ao centro do território rio-grandense, das quais ficava excluída a região dos Sete Povos, uma vez que os estabelecimentos e Missões Espanholas do próprio Uruguai, ficariam no estado em que se encontravam à época, quer seja, pertencendo à Coroa da Espanha.

Para evitar maiores complicações quanto a delimitações mais contíguas, as determinações de Santo Ildefonso previam que ficariam reservadas entre os domínios de uma e outra Coroa as Lagoas Mirim e da Mangueira e as línguas de terra que medeiam entre elas e a costa do mar, sem que nenhuma das duas nações as ocupe, servindo só de separação; de sorte que nem os portugueses passassem o Arroio do Taim, linha reta ao mar até à parte meridional; nem os espanhóis, o Arroio Chuí e de S. Miguel até a parte setentrional. Neste quadro, cedia o soberano luso à Espanha qualquer direito que pudesse ter às Guardas do Chuí e seu distrito, à Barra de Castilhos Grandes, ao Forte de S. Miguel e a tudo o mais que nela se compreende.

A configuração territorial da fronteira extremo-sul brasileira, porém, ainda não estava definitivamente cristalizada. A conjuntura história da virada do século XVIII para o XIX, com a Revolução Francesa e a posterior política napoleônica, levaram a um novo conflito bélico entre Portugal e Espanha, premidas que foram pelas suas tutelas, inglesa e francesa, respectivamente, apesar dos laços dinásticos de parentesco que, naquele momento, uniam as duas Coroas. Era a Guerra Peninsular de 1801, um confronto sem maiores repercussões na Europa, mas que, na América, mais uma

vez levaria ao embate entre as forças luso-brasileiras e hispano-americanas; estas buscaram invadir o Mato Grosso aquelas, a Banda Oriental e a região dos Sete Povos das Missões, obtendo pleno êxito neste último intento. Apesar da assinatura do Tratado de Badajós, ainda em 1801, o qual determinava a completa restituição das terras invadidas durante a Guerra Peninsular, Portugal manteve a sua conquista bélica no oeste sul-rio-grandense, ocupada que fora por forças militares gaúchas. Era a incorporação definitiva dos Sete Povos das Missões Orientais ao território do Rio Grande do Sul.

Encerrava-se a fase dos “acordos internacionais” como legitimadores das possessões territoriais lusas e hispânicas em relação às suas colônias no extremo-sul da América Meridional. A partir das contingências advindas das revoluções burguesas, um novo contexto se anunciava, o da formação dos Estados Nacionais nas antigas posses coloniais que se transformariam em países independentes politicamente e que passariam a gerir, por si mesmos, suas questões de limites (ainda que as potências européias, mormente a Inglaterra, tenham exercido decisiva influência neste processo). A fronteira extremo-sul do Brasil se configurara muito aproximadamente com o que atualmente se compreende como o território sul-rio-grandense, porém as questões lindeiras persistiriam, bem como continuava o interesse brasileiro no Prata (herança lusitana e bragantina), primeiro através da anexação da Banda Oriental, transformada em Província Cisplatina, durante o Período Joanino e o Primeiro Reinado e, posteriormente, através de uma série de intervenções, características das primeiras décadas do Segundo Reinado; e somente nos

primórdios da República seria estabelecida definitivamente a extrema fronteira do Brasil Meridional, através do acordo acerca de limites entre o Brasil e a República Oriental do Uruguai. A conjuntura dessa fronteira, ao ter se constituído em um alvo de profundas controvérsias e constantes disputas, exerceria decisivo papel que marcaria as peculiaridades da formação histórica da região⁵⁴.

A Rota Turística dos Campos Neutrais: brevíssima introdução ao tema

O levantamento desses subsídios históricos coloca à disposição algumas ferramentas que podem auxiliar no trabalho dos vários agentes envolvidos na construção e consolidação da Rota Turística dos Campos Neutrais. Tais informações históricas ganham relevância à medida que essa rota atende plenamente a perspectiva pela qual, para a elaboração de um roteiro turístico, devem-se levar em conta os aspectos socioambientais do local a ser explorado, ou seja, além dos aspetos naturais, deve-se ter consciência das mudanças que os homens realizaram sobre a paisagem e dos aspectos culturais ali encontrados⁵⁵. Soma-se a isso, o fato de tal projeto estar firmemente alicerçado e inspirar-se na possibilidade de

⁵⁴ ALVES, Francisco das Neves. *Cinco ensaios de história das relações internacionais do Brasil*. Rio Grande: FURG, 2000. p. 1-28.

⁵⁵ ALMEIDA, Regina Araujo de et al. *Geografia e cartografia para o turismo*. São Paulo: IPSIS, 2007. p. 17.

construir uma “atração âncora” margeada por roteiros múltiplos (naturais e culturais) que envolvem projetos de interpretação patrimonial com a comunidade local⁵⁶. Além disso, as informações históricas têm uma relevância especial para a edificação do roteiro pela significativa historicidade da região por ele compreendida e pela sua própria inspiração histórica, calcada na época dos tratados internacionais do período colonial, mormente o de Santo Ildefonso, expresso abaixo cartograficamente⁵⁷.

⁵⁶ MENESES. p. 52.

⁵⁷ Mapa que traduz a fronteira conforme o Tratado de Santo Ildefonso de 1777. Figura extraída de: CAMARGO, Fernando; GUTFREIND, Ieda & REICHEL, Heloísa (dir.). *História geral do Rio Grande do Sul – colônia*. Passo Fundo: Méritos, 2006, v. 1, p. 368.



A Rota dos Campos Neutrais, compreendendo uma zona de interação humana e ambiental, constitui assim espaço extremamente propício à ação de equipes multidisciplinares para um planejamento integral por meio da metodologia da pesquisa participante, que pressupõe o envolvimento dos técnicos como sujeitos da

ação, o que é também uma nova forma de pensar o turismo em relação à cultura⁵⁸. Tais possibilidades se estabelecem a partir da premissa de que o turismo é uma atividade que consegue envolver todos os aspectos da existência humana e o seu entorno natural, bem como consegue transformar em produto comercializável tantos os recursos naturais como o patrimônio cultural tangível e intangível. Nesse quadro, paisagens, mitos, lendas, música, estórias e história, entre outros, são recursos que o turismo valoriza e que dispõem a um mercado consumidor ávido por conhecimento, por novidade e por diversidade. Dessa forma, por valorizar a produção material e intangível do ser humano como contribuição concreta para o desenvolvimento socioeconômico, o turismo torna-se um importante aliado para a permanência e para o enriquecimento da diversidade cultural do homem⁵⁹.

Tal roteiro justifica-se pelo fato de que a região mais ao sul do estado do Rio Grande do Sul tem sido, ao longo dos anos, um corredor de passagem para os turistas brasileiros e uruguaios, de modo que a privilegiada localização e o forte apelo dos recursos naturais, tornam a Rota Turística dos Campos Neutrais um roteiro sem igual, com uma diversidade turística significativa e com produtos capazes de serem oferecidos o ano inteiro. Nesse sentido, visitar a região é resgatar a história e vivenciar a unicidade da diversidade cultural, herança de vários grupos étnicos que configuram o mosaico do extremo-sul do Brasil e o

⁵⁸ BARRETO, Margarita. *Cultura e turismo: discussões contemporâneas*. Campinas: Papirus, 2007. p. 140.

⁵⁹ DIAS. p. 14.

norte do Uruguai. Assim, essa rota une o patrimônio cultural e natural da região, oferecendo as turistas um sistema de serviços e atrativos qualificados, que proporcionam momentos de lazer, diversão, compras, cultura e valorização ambiental⁶⁰.

São apontadas como algumas das potencialidades do roteiro, o turismo rural, tendo em vista as estâncias históricas que compõem a rota, resgatando os laços com a tradição regional, e colocando-se com as porteiras abertas para conduzirem os visitantes em um passeio pela história e os costumes da região. Quanto ao turismo de sol e praia, na temporada de verão, o roteiro apresenta diversas opções de lazer e diversão para toda família, e uma extensa programação cultural nos Balneários do Cassino, Hermenegildo, Barra do Chuí, Alvorada, Barra Uruguia, La Coronilla, Praia da Moça e Punta del Diablo. O turismo cultural também se faz presente através de um patrimônio histórico-cultural de grande amplitude, que abrange teatros, casas de cultura, museus, bibliotecas, prédios históricos e uma população com características singulares, derivadas das múltiplas culturas que forjaram os habitantes desta região.

Há espaço também para o turismo de eventos, constituindo uma ótima oportunidade de negócios e de entretenimento, pois são diversos os eventos, tais como a Festa do Mar, Fearg, Expo feiras, Febutiá, Mapemi, Rodeio Internacional, Carnal sem fronteiras, além de festivais e seminários de importância internacional. A

⁶⁰ ROTA TURÍSTICA DOS CAMPOS NEUTRAIS – Brasil – Uruguay – Tudo em um só destino (folder de divulgação). Todas as citações seguintes referem-se a tal documento.

natureza compreendida no seio do roteiro pressupõe amplo espaço para o turismo ecológico, através da Estação Ecológica do Taim, bem como do complexo de lagunas e banhados, que constituem exemplos de biodiversidade e de riquezas naturais, que permanecem preservadas e em perfeito equilíbrio ambiental.

O turismo histórico também marca presença, uma vez que o patrimônio histórico da região possui atrativos que contribuíram para a demarcação das fronteiras dos dois países, caso do Forte de São Miguel e da Fortaleza de Santa Tereza que abrigam relíquias de um passado de lutas e conquistas. Pode ser praticado também o turismo científico, já que a região é rica na área paleontológica e arqueológica, além de ser um importante polo de pesquisas e estudos no setor da oceanologia. Outro grande mote de visitas é o turismo de compras, pois a rota possui uma rede de comércio e serviços bem diversificada, com um forte apelo turístico e um potencial econômico muito grande, como é o caso dos *free shops* do Chuy uruguaio; ao mesmo tempo, o artesanato local é belo e variado, apresentando peças com temáticas diversificadas e utilização de diferentes matérias-primas; além dos atrativos culinários regionais.

Especificamente quanto às localidades mais próximas à fronteira, incluídas na Rota dos Campos Neutrais – Chuí/Brasil, Chuy/Uruguai, Santa Vitória do Palmar, Povoado de São Miguel, Fortaleza de Santa Tereza, Barra do Chuí brasileira e Barra do Chuy uruguaia – todas juntas se apresentam como prontas a reservar aos visitantes relíquias ambientais e culturais de relevância internacional. Tais comunidades anunciam que visitar a região é resgatar a história e vivenciar a diversidade cultural oriunda das diferentes sociedades

humanas que promoveram a povoação da região. Está no cerne da proposta estreitar cada vez mais os laços de amizade entre brasileiros e uruguaios, criando um ambiente crescentemente favorável à expansão do número de visitantes⁶¹.

Além de várias atitudes no campo pragmático, técnico e funcional, as autoridades públicas e instituições envolvidas responsáveis pela implementação de tal projeto têm levado à frente uma série de atividades culturais e acadêmico-científicos com o fito de discutir as potencialidades turísticas da região. Foi assim com o Seminário Binacional de Turismo e o Seminário dos Campos Neutrais, evento este de promoção conjunta das prefeituras que integram o projeto do roteiro, ou seja, Santa Vitória do Palmar, Chuí e Rio Grande, além do Departamento de Rocha, no Uruguai. O desenvolvimento da Rota dos Campos Neutrais é trabalhado pela Comissão Binacional do Turismo que congrega pelo menos representação de vinte instituições brasileiras e uruguaias. Uma de suas grandes propostas é criar atrativos de modo que a região não seja apenas de passagem de turistas, estimulando-se a permanência dos mesmos⁶².

⁶¹ GUIA DOS CAMPOS NEUTRAIS – Uruguay – Brasil, 2008. p. 3 e 5.

⁶² Brasil e Uruguai avançam na criação do Roteiro Campos Neutrais. In: *Revista da Costa Doce*. Ano 3, edição 9, jan./2010. Porto Alegre: Comunicar Brasil. p. 26.

ROTA TURÍSTICA DOS
CAMPOS NEUTRAIS
BRASIL - URUGUAY

1º SEMINÁRIO BINACIONAL DE
TURISMO

05 a 08 de Novembro de 2009
Santa Vitória do Palmar | RS | Brasil
Chui | Brasil - Chuy | Uruguay

REALIZAÇÃO:

ROCHA
RIO GRANDE
Prefeitura do Chui
Secretaria de Esportes, Cultura e Turismo

APÓIO:

GRUPO BINACIONAL DE TURISMO
ACTSVP
GOV. DO RIO GRANDE DO SUL
GOV. DO URUGUAI
Ministério do Turismo

A criação do Curso de Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande na cidade de Santa Vitória do Palmar também buscou contribuir com tal discussão, como no caso da realização do I Congresso Internacional de Turismo do Extremo Sul: Turismo, História e Cultura (I CITES), do qual resultou, além do conjunto de atividades, a publicação dos anais do evento. Dessa forma, a primeira edição do CITES visou a um enfoque multidisciplinar, intentando levar à comunidade a relevância do turismo como possível instrumento de progresso social, além do que, com a publicação dos anais, trazendo o conteúdo das palestras e o resumo dos trabalhos apresentados, fica demarcado o registro da atividade, contribuindo para o intercâmbio e para a preservação em bibliotecas e centros de pesquisa dos trabalhos apresentados durante o evento. A intenção era que aquela edição original viesse a ser repetida, transformando-se em verdadeira tradição na meta de transformar a região em um polo irradiador do conhecimento de cunho turístico⁶³.

⁶³ ALVES, Francisco das Neves. Apresentação. In: ALVES, Francisco das Neves (org.). *Anais do I Congresso Internacional de Turismo do Extremo Sul: Turismo, História e Cultura*. Santa Vitória do Palmar: FURG, 2010. p. 10.

I Congresso Internacional de Turismo do Extremo Sul

TURISMO, HISTÓRIA E CULTURA

de 25 a 29 de outubro de 2010
Theatro Independência - Santa Vitória do Palmar

Informações:
www.cites.furg.br ou pelo e-mail cites@uol.com.br



Realização:



Universidade Federal do Rio Grande
Instituto de Ciências Humanas e da Informação
Bacharelado em Turismo - Binacional

Apoio:



Prefeitura Municipal
Secretaria de Esporte
Cultura e Turismo





Assim, a Rota Turística dos Campos Neutrais vem constituindo uma crescente realidade, mas depende da continuidade dos esforços coletivos para consolidar-se cada vez mais. Articulando os vários elementos constitutivos que compõem a sociedade em questão, mormente os socioambientais e culturais, o roteiro atende a perspectiva de uma construção entabulada para responder a determinadas necessidades sociais, econômicas e culturais de gerações passadas, constituindo uma amostra do esforço empreendido por antigas comunidades para atingirem um grau mais alto de desenvolvimento. A rota integra dessa maneira

condicionantes que simbolizam um passado manifestado concretamente no presente, pois ocupam um espaço geográfico, convivem com a comunidade atual e, nessa linha, sua importância maior é ser uma manifestação visível de continuidade histórica, de modo a tornar-se referência de identificação para as populações que estão em contato com esse patrimônio⁶⁴.

De acordo com tal perspectiva o turismo na Rota dos Campos Neutrais não nasce de cima para baixo, por vontade das autoridades públicas, ou pelo simples comando das leis de mercado e sim constitui um processo natural, originado nas vivências cotidianas e do constante processo de socialização de que é prenhe essa região de fronteira. Nesse sentido, a história dessas populações, tanto do lado brasileiro quanto do uruguaio, tem muito em comum, resultando em uma interação cultural plena, onde passado e presente aparecem significativamente articulados. Nesse sentido, a presente abordagem de alguns subsídios históricos só pretende lançar algumas informações que, de algum modo, possam vir a contribuir com o conjunto de iniciativas que levaram à consolidação do roteiro⁶⁵.

⁶⁴ DIAS. p. 202.

⁶⁵ Texto publicado originalmente em: *Turismo, fronteira & cultura*. Santa Vitória do Palmar: FURG, 2011. p. 125-149.



COLEÇÃO RIO-GRANDENSE

A **Cátedra CIPSH (Conseil International de la Philosophie et des Sciences Humaines/UNESCO) de Estudos Globais da Universidade Aberta** e a **Biblioteca Rio-Grandense** reuniram esforços para editar a *Coleção Rio-Grandense*. Mais meridional unidade político-administrativa brasileira, o Rio Grande do Sul, tem uma formação preñe em peculiaridades em relação às demais regiões do Brasil, estabelecendo-se uma sociedade original em vários de seus fundamentos. Da época colonial à contemporaneidade, a terra e a gente sul-rio-grandense foram edificadas a partir da indelével posição fronteiriça, resultando em verdadeira amálgama entre os condicionantes luso-brasileiros e platinos. A *Coleção Rio-Grandense* tem por intento fundamental a divulgação da produção intelectual acerca de variadas temáticas versando sobre o Rio Grande do Sul, com preferência para as abordagens de natureza cultural, histórica e literária.



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

**Cátedra CIPSH
de Estudos Globais**
2020-2025

